



ANEXO III

CADERNO DE ENCARGOS

CONCESSÃO DE USO PARA EXPLORAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA - PEVV

CONCORRÊNCIA Nº 001/2019 - IAP

SUMÁRIO

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	7
1. INTRODUÇÃO	7
2. JUSTIFICATIVA.....	10
3. DAS PREMISSAS BÁSICAS.....	12
CAPÍTULO II - DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL	13
4. DA ETAPA DE TRANSIÇÃO	13
5. DO PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL.....	15
6. DO CONTEÚDO MÍNIMO DO PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL .	15
Seção I - Da EQUIPE	15
Seção II - Da Venda de Ingressos de Entrada e Atrativos no PEVV	15
Seção III - Do Estacionamento	17
Seção IV - Da Lanchonete e/ou Restaurante	18
Seção V - Do Centro de Visitantes.....	20
Seção VI - Da Loja de Conveniências.....	21
Seção VII - Dos Serviços de Transporte Interno	22
Seção VIII - Do SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES 	23
Seção IX - Da Logomarca do PEVV	23
7. DA ETAPA DE TRANSIÇÃO.....	24
CAPÍTULO III - DOS RECURSOS HUMANOS	24

8. DA ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS	24
9. DIRETRIZES PARA A CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE	26
10. DAS ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS DA EQUIPE	27
11. DA EQUIPE MÍNIMA	28
12. DO GERENTE GERAL	28
13. DOS TREINAMENTOS, PALESTRAS E CAPACITAÇÕES	29
CAPÍTULO IV - DOS TRABALHOS INICIAIS	30
14. DAS EDIFICAÇÕES E ESTRUTURAS EXISTENTES	30
15. DOS SERVIÇOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS DE REFORMAS E MANUTENÇÕES DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE	31
Seção I - Portal	32
Seção II - Guarita	32
Seção III - Estacionamento	33
Seção IV - Pontes	33
Seção V - Centro de Visitantes	34
Seção VI - Centro de Lazer	36
Seção VII - Igreja	37
Seção VIII - Ponto de Parada de Transporte Interno	37
Seção IX - Estrutura adjacente às Furnas	37
Seção X - Estrutura adjacente à Lagoa Dourada	39
Seção XI - Casa da Administração	41
Seção XII - Casa do Guarda Parque	42
Seção XIII - Oficina	42

Seção XIV - Trilhas	42
16. DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO	46
Seção XV - Manutenção dos Acessos e Circulações no	47
Estacionamento e Áreas Externas	47
Seção XVI - Manutenção da Jardinagem nas Áreas Internas	47
Seção XVII - Instalações Elétricas	47
Seção XVIII - Captação, Distribuição e Armazenamento de Água	48
Seção XIX - Coleta de Resíduos Sólidos	48
Seção XX - Sistema de Tratamento de Esgotos e Sistema de Drenagem das Águas Pluviais	49
Seção XXXI - Manutenção de Equipamentos Especiais	50
CAPÍTULO V - DOS INVESTIMENTOS E ENCARGOS OBRIGATÓRIOS.....	50
17. DIRETRIZES GERAIS	50
18. READEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA OBRIGATÓRIA NO PEVV	51
Seção I - Proposta para uso do Elevador	51
Seção II - Proposta para uso do Espaço Interativo,.....	52
conhecido como Museu	52
19. DA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL	54
Seção III - Das Diretrizes para Elaboração do	55
Plano de Segurança Patrimonial	55
Seção IV - Do Sistema de Vigilância Virtual	56
20. DA PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS	58
Seção V - Das Ações de Prevenções e Combate de Incêndios	59
Seção VI - Da Manutenção de Aceiros	60
Seção VII - Dos Equipamentos Mínimos de Combate a Incêndios	60

Seção VIII - Do Relatório de Ocorrência de Incêndios	61
21. CAPTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUAS.....	61
22. DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS	62
23. DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	62
Seção IX - Do Plano de Disposição de Resíduos Sólidos	64
24. DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO	64
CAPÍTULO VI - DA GESTÃO DE VISITAÇÃO	65
25. DO PLANEJAMENTO DA GESTÃO DA VISITAÇÃO.....	65
26. DO SISTEMA DE REGISTRO DE VISITAÇÃO	66
27. DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA VISITAÇÃO NO PEVV	67
Seção I - Do Projeto de Identidade Visual.....	68
Seção II - Da Web Site.....	68
28. DO PROGRAMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA NO PEVV	69
Seção III - Do Plano de Contingências	70
CAPÍTULO VII - DA GESTÃO DO USO PÚBLICO	70
29. DO PROGRAMA DE GESTÃO DE USO PÚBLICO	70
30. DO MONITORAMENTO AMBIENTAL DOS IMPACTOS DO USO PÚBLICO	71
31. DO CONTROLE DE ESPÉCIES EXÓTICAS NA ÁREA CONCEDIDA.....	73
CAPÍTULO VIII - DA GESTÃO DE RELACIONAMENTO	73
32. DA GESTÃO DE RELACIONAMENTO COM A EQUIPE.....	74

33. DA GESTÃO DE RELACIONAMENTO COM O CONSELHO CONSULTIVO.....	74
34. DA GESTÃO DE RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE DE ENTORNO	74
35. COM O USUÁRIO.....	75
36. DO PROGRAMA PARQUE ESCOLA.....	75
CAPÍTULO IX - DAS RESTRIÇÕES NO PEVV	76
37. DAS RESTRIÇÕES	76
CAPÍTULO X - IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS	77
38. CRITÉRIOS DE IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS	77
Seção I - Elementos necessários para implantação de novas estruturas	78
39. DAS DIRETRIZES PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS ATRATIVOS.....	79
Seção II - Caminhadas	80
Seção III - Fotografia na Natureza.....	81
Seção IV - Arvorismo	81
Seção V - Campo de Desafios.....	82
Seção VI - Observações da Vida Selvagem	83
Seção VII - Cicloturismo e <i>Mountain Bike</i>.....	83
Seção VIII - Acampamento e/ou <i>Glamping</i>	84
Seção IX - Balonismo Estacionário	85
APÊNDICE I – TABELA DOS PRAZOS.....	86

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

1. INTRODUÇÃO

1.1. O objetivo deste **CADERNO DE ENCARGOS** é estabelecer os parâmetros e critérios para a **CONCESSÃO DE USO** do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, especificando os encargos mínimos de atribuição da **CONCESSIONÁRIA** na prestação dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, englobando, no mínimo:

1.1.1. Venda de Ingressos de Entrada e dos Atrativos, com implantação e gestão da emissão e cobrança de bilhetes;

1.1.2. Implantação e Gestão de Instalações, Espaços e Serviços de Controle e Cobrança de Estacionamento Veicular;

1.1.3. Implementação e Gestão do Serviço de Transporte Interno;

1.1.4. Implementação e Gestão de Serviços de Alimentação;

1.1.5. Gestão do Centro de Visitantes;

1.1.6. Gestão da Loja de Conveniência;

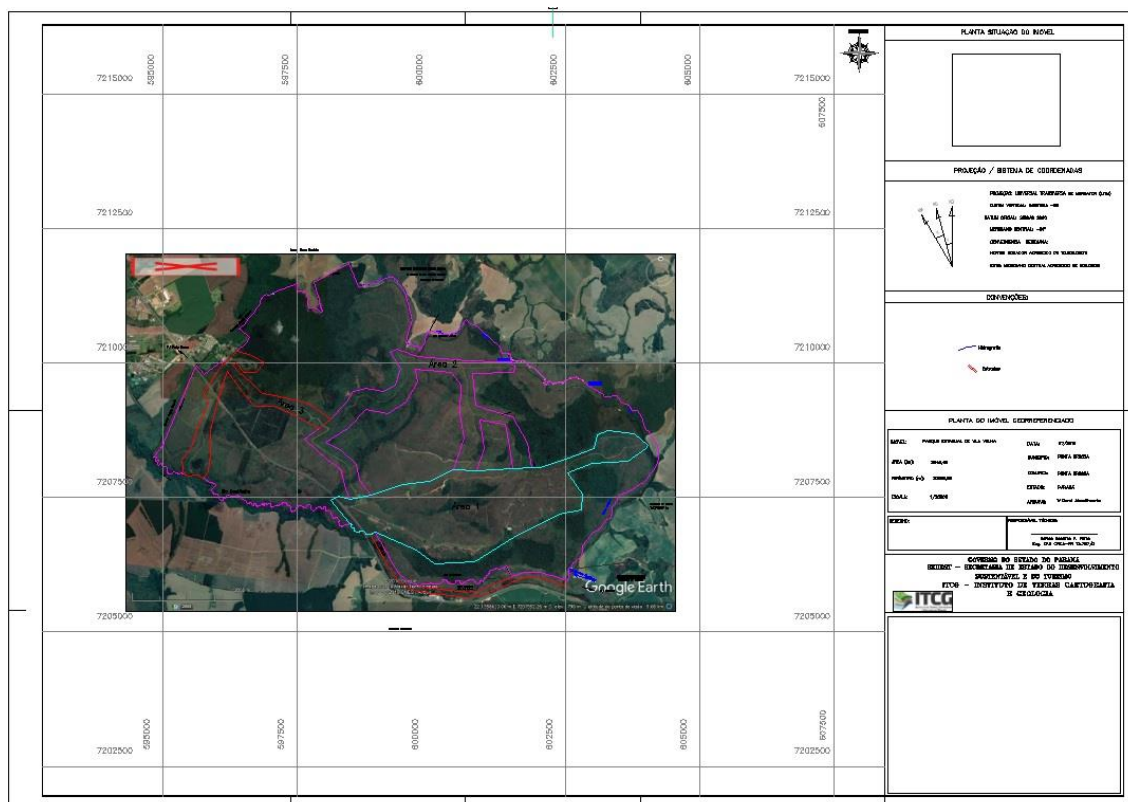
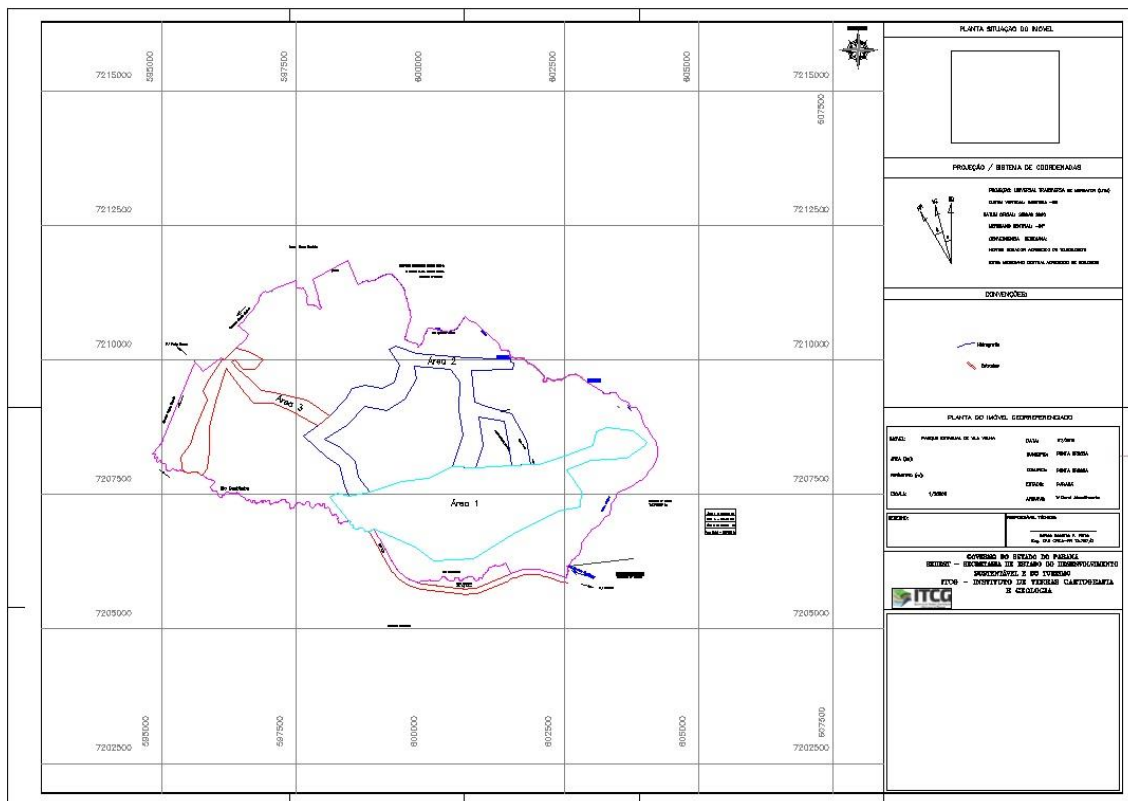
1.1.7. Monitoramento do Uso Público nas Trilhas e nos Atrativos;

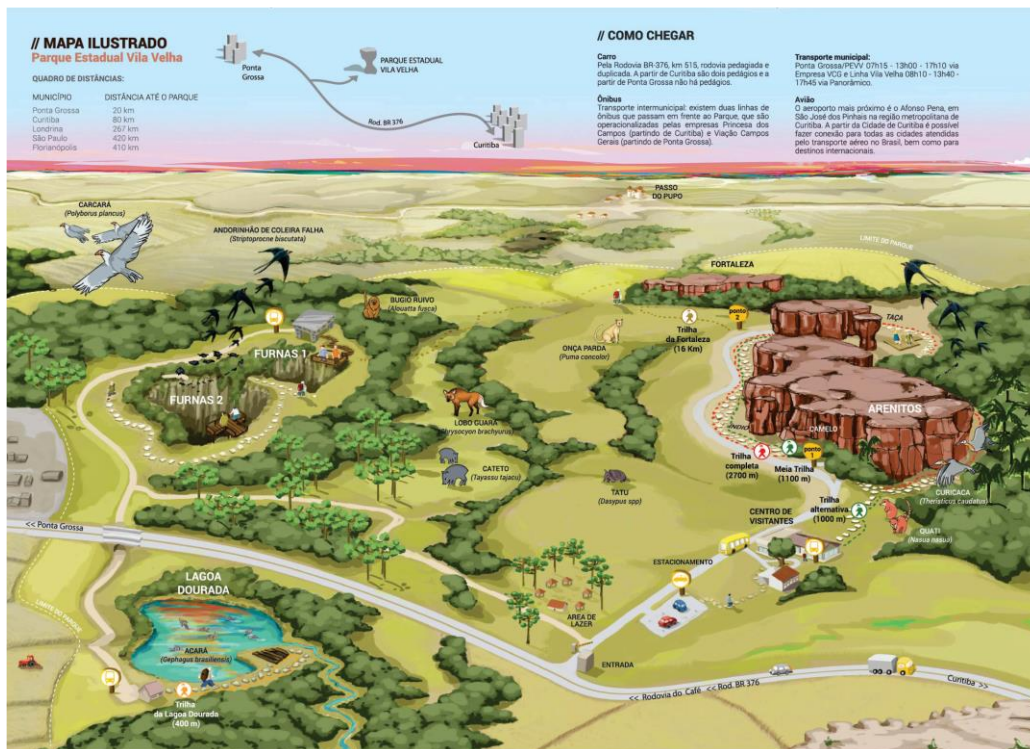
1.1.8. Manutenção das Estruturas na **ÁREA DA CONCESSÃO**;

1.1.9. Implantação e Gestão do Sistema de Segurança Patrimonial; e

1.1.10. Gestão dos Encargos na **ÁREA DA CONCESSÃO**, nos termos deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

1.2. A **ÁREA DA CONCESSÃO** é a seguinte, sendo que o Memorial Descritivo se encontra no **APÊNDICE 2**:





PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA

O Parque de Vila Velha (PEVV) foi criado pela Lei nº 1.292 de 12 de outubro de 1983, com a finalidade de conservar um exemplar de campos nativos do Paraná, enquanto patrimônio geológico. Tombado pelo Departamento Histórico e Artístico do Estado do Paraná em 1986, sendo um sítio com formações areníticas de valor cênico e científico.

É a principal atração turística e atrativo natural da cidade de Ponta Grossa no Paraná e ocupa 3.172 hectares. O parque é uma Unidade de Conservação que oferece ao visitante oportunidade de entrar em contato com a natureza num ambiente protegido que conserva espécies nativas da fauna como o lobo-guará, veado, mato, bugio-ruivo, suçuarana.

Além das formações areníticas de valor cênico, um dos principais cartões-postais do Paraná, possui flora caracterizada por campos nativos, refúgio vegetacional nativo, vegetação de transição entre campo e savana, apresentando ainda capões com pinheiros (*Araucaria angustifolia*).

Devido ao seu alto valor em diversidade natural, o Parque Estadual de Vila Velha, em acionamento aos estudos de conservação e sustentabilidade, dimensiona e controla a visitação. O PEVV oferece a seus visitantes dois caminhos cênicos: arenito Vila Velha e arenito Forno/Lagoa Dourada e conta com estruturas para a recepção, orientação e deslocamento dos visitantes até as trilhas e atrativos.

Todos os passeios são acompanhados por condutores capacitados.

// GEOLOGIA

O Parque Estadual de Vila Velha foi criado, inicialmente, para proteger e conservar dois dos mais importantes monumentos geológicos do Paraná: arenito Vila Velha e Forno.

O arenito Vila Velha é uma formação de rochas sedimentares resultante da compactação e solidificação de camadas sucessivas de areia, depositadas em ambiente subaquático há 700 milhões de anos, quando a América do Sul ainda estava ligada à África, Antártica, Oceania e Índia, formando o grande continente Gondwana.

Nessa época, a região onde se localiza Vila Velha, estava mais próxima ao Polo Sul e a temperatura média na Terra era muito baixa. Ao final da Era Glacial, há um recuo dos continentes e neste período restaram depósitos de material posteriormente compactados. Acontece então a elevação dos continentes no Período Quaternário, quando surge o atual relevo patial desta formação.

Furnas são poços de desabamento circulares e de paredes verticais. Eles se formam pela ação da circulação das águas que vão lentamente atacando a estrutura que mantém a rocha coesa, causando a remoção dos grãos de areia. Este processo é acelerado nos períodos mais chuvosos do ano, pontos em que a rocha vai desintegrando-se lentamente, formando os poços de desabamento.

No Parque Estadual de Vila Velha, aparecem dois Fornos, alguns em estágio terminal, como o Lagoa Dourada.

// ARENITOS

Principal atrativo do PEVV, os arenitos são formações rochosas que remontam a 300 milhões de anos, esculpidos pela ação das chuvas.

Com altura média de 30 metros lembram ruínas de castelos e torres.

Após percorrer a trilha, o visitante se entretém relacionando suas formas a figuras conhecidas, como a Taça de Vila Velha, a Bola e o Índio.

SOBRE O PASSEIO

Atividades: Caminhada e Contemplação

Transporte: Somente com veículo do parque, salvo por excursos.

Mesa Trilha (caminhando): Percurso: 1.100 m. Duração: 40 minutos // Dificuldade: média.

Trilha Completa (caminhando): Percurso: 2.700 m. Duração: 1h30 minutos // Dificuldade: média.

Acesso pela trilha alternativa dos Arenitos, soma-se 1.000m com duração de 15 minutos ao passeio.

// FURNAS E LAGOA DOURADA

Poços de desabamento em forma de crateras circulares, cujas paredes atingem em média 100 metros de profundidade, metade das quais cobertas com água.

Estas formações são refúgios de espécies da fauna local, a exemplo dos andorinhas. As furnas comunicam-se entre si e com a Lagoa Dourada por cascatelas.

A Lagoa Dourada recebe este nome pela reflexão do sol no espelho de água cristalina ao entardecer. Possui várias espécies de peixes facilmente visíveis.

SOBRE O PASSEIO

Atividades: Caminhada e Contemplação

Transporte: Somente com veículo do parque, salvo em passeios excursivos.

Trilha Lagoa Dourada (caminhando): Percurso: 400 metros. Duração: 20 minutos // Dificuldade: baixa.

// TRILHA DA FORTALEZA

A Trilha da Fortaleza destina-se a público que deseja interagir com a natureza em seu estado mais puro. São 16 km dentro do PEVV onde o visitante tem a oportunidade de inserir-se na paisagem dos campos nativos do Paraná e contemplar fauna e flora locais, tendo como pano de fundo o conjunto arenítico da Fortaleza, maciço rochoso situado ao norte do parque, onde encontra-se o ponto mais alto da Unidade de Conservação, com mais de 1000 m acima do nível do mar.

// CAMINHADA NOTURNA

A visita ao parque no período noturno permite ao visitante uma interação diferente com a paisagem. Além da aura de mistério que a noite traz, a percepção e a audição explorando outros aspectos sensoriais como o tato, olfato e a audição. Em noites de lua nova podem ser realizadas visitas focando na leitura dos astros no céu. As caminhadas podem ser realizadas nos principais atrativos do parque. Necessário agendar com antecedência.

// NORMAS DE CONDUTA

No Parque não se permite:

- ALIMENTAR-SE NA TRILHA.
- FUMAR E CONSUMIR BEBIDAS ALCOÓLICAS.
- ENTERRAR COM ANIMAIS DOMÉSTICOS.
- APANHAR E/OU MACHUCAR ANIMAIS.
- CAMINHAR FORA DAS TRILHAS.
- RETIRAR PLANTAS E FLORES.
- ALIMENTAR ANIMAIS.
- JOGAR LIXO OU RESTOS DE COMIDA NO CHÃO.
- TRANSFERRIR AGUA DE UM LUGAR PARA OUTRO.
- CAÇAR E PESCAR.

Curta a natureza! Ande em silêncio, contemple a paisagem, explore seus sentidos.

// Ponta Grossa

Ponta Grossa possui uma posição geográfica privilegiada com acesso facilitado a todas as regiões do estado e do país. A cidade conta com uma abrangente diversidade econômica, que envolve desde a produção agropecuária, mineral e comercial. Também chamada de "Princesa dos Campos", a cidade destaca-se por possuir um dos complexos industriais mais importantes do interior do Paraná.

É destaque no cenário turístico no segmento de negócios e eventos, destacando-se por oferecer infraestrutura e serviços de qualidade. Além disso possui representativo patrimônio natural, relacionados à beleza da paisagem de campos segmentados por escarpas abruptas e ao legado histórico-cultural relacionado ao Trópico e as diversas correntes migratórias que permitiram a ocupação dos Campos Gerais.

Visite as belezas naturais de Ponta Grossa!

// SERVIÇOS

O Parque está aberto de quarta a segunda-feira das 8:30h às 17:30h. Os passeios (Arenitos, Furnas e Lagoa Dourada) podem ser agendados na bilheteria até às 15:30h.

O Parque dispõe de informações turísticas, estacionamento, transporte interno, lanchonete, sanitários, inclusive sanitário adaptado para portadores de necessidades especiais, fraldário, auditório, área de lazer e exposições.

Agendamentos devem ser realizados com antecedência diretamente com a administração do Parque Estadual de Vila Velha, através do telefone 42.2224.158 ou pelo e-mail: agendamento.ecoparana@ecoparana.pr.gov.br

Valor de ingresso consulte o site www.ecoparana.pr.gov.br

PARQUE ESTADUAL VILA VELHA

PONTA GROSSA - PARANÁ - BRASIL

1.3. O presente instrumento apresentará os elementos técnicos e operacionais mínimos, considerando os padrões de uso da **ÁREA DA CONCESSÃO**, nos termos do seu **PLANO DE MANEJO**, bem como à luz das regras e normas que regulamentam as **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE PROTEÇÃO INTEGRAL**.

1.4. Dentre os encargos da **CONCESSIONÁRIA** também estão previstas a renovação e a melhoria da infraestrutura, buscando o adequado atendimento ao turismo de contemplação da natureza de forma a viabilizar o cumprimento da finalidade básica do **PEVV**, qual seja a preservação dos ecossistemas naturais juntamente com a efetiva utilização do potencial para o uso público.

1.5. Ressalta-se que o **PODER CONCEDENTE** continuará exercendo a função de gestor da **UNIDADE DE CONSERVAÇÃO**, monitorando as atividades de manejo e conservação da biodiversidade, bem como o provimento dos serviços ambientais.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Atualmente, a gestão integral no **PEVV** é prestada diretamente pelo **IAP**, incluindo os serviços de apoio à visitação somado aos projetos de manejo, preservação, conservação e recuperação ambiental.

2.2. Ora, a gestão adequada do **PEVV** requer mão de obra qualificada para o atendimento ao uso público. Com efeito, o Estado não possui recursos humanos e financeiros para prestar, de maneira eficiente, os serviços adequados de infraestrutura, atendimento aos programas de visitação e incentivo ao uso público, ações de manejo e conservação do Parque, dentre outros.

2.3. Não se pode olvidar que os objetivos buscados com a prestação dos serviços no **PEVV** somente serão alcançados por meio de uma gestão eficiente de suas estruturas. Para que ocorra o aumento do fluxo turístico é necessário que os usuários tenham um mínimo de conforto, incluindo a limpeza e a preservação das áreas, bem como a disponibilização de alimentação, transportes, passeios, lazer, infraestrutura adequada, dentre outros.

2.4. Destarte, urge a necessidade de buscar parceiros privados primando pela eficiência na gestão do Parque, além da fomentação da atividade turística de maneira sustentável com o incremento da oferta de bens e serviços turísticos além do aprimoramento e conservação dos atrativos naturais.

2.5. Com efeito, o **PEVV** possui ativos ambientais com potencial de exploração e de geração de benefícios econômicos e sociais que poderiam propiciar condições para enfrentamento das dificuldades de gestão.

2.6. Ademais, entre outras muitas possibilidades de geração de economia por meio da exploração sustentável de atrativos ambientais, o estímulo da visitação ao **PEVV** poderá, também, ser considerado uma das principais estratégias de sensibilização da sociedade para a importância da conservação da natureza.

2.7. Diante do exposto, infere-se que a proteção dos ecossistemas naturais associada à visitação pública de modo sustentável deve ser o principal objetivo do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA**, por meio:

2.7.1. Da conservação da natureza;

2.7.2. Da preservação da biodiversidade;

2.7.3. Da preservação de espécies raras ou ameaçadas;

2.7.4. Da preservação das belezas cênicas;

2.7.5. Do monitoramento ambiental;

2.7.6. Do cumprimento ao **PLANO DE MANEJO**;

2.7.7. Do incentivo à pesquisa científica;

2.7.8. Da educação ambiental;

2.7.9. Da recreação ao ar livre; e

2.7.10. Do incentivo à visitação pública.

2.8. Desse modo, a celebração de parceria com a iniciativa privada, por meio da **CONCESSÃO DE USO**, representa uma perspectiva para contribuir, de forma efetiva, para a gestão, a manutenção e o desenvolvimento sustentável do **PEVV**, além de propiciar benefícios econômicos e sociais para a comunidade do entorno.

2.9. Com efeito, a **CONCESSÃO DE USO** no **PEVV** visa a adequação dos padrões de uso dessa **UC** à luz das regras e normas estabelecidas pela administração federal e estadual.

2.10. Neste sentido, caberá à **CONCESSIONÁRIA**:

2.10.1. Proteger o Patrimônio Natural, Histórico, Cultural e Arqueológico na **ÁREA DA CONCESSÃO**; e

2.10.2. Promover o turismo sustentável no **PEVV**.

2.11. Esses objetivos somente serão alcançados por meio da visitação pública incentivada de maneira sustentável. Ora, um Parque bem estruturado atrai um maior fluxo de visitantes, aumentando a receita que poderá ser utilizada para a conservação da **UC**, bem como para ampliação e melhorias de infraestrutura. Além do mais, atrai mais visitantes para a região onde se encontra, beneficiando os Municípios localizados no seu entorno e promovendo o envolvimento ativo e socioeconomicamente benéfico às populações locais.

2.12. Assim, a viabilidade da **CONCESSÃO DE USO** dependerá:

2.12.1. De uma boa gestão que adote as melhores práticas disponíveis no mercado;

2.12.2. Da capacidade de inovar em serviços, processo e gestão;

2.12.3. Da capacidade de desenvolver e implementar estratégias;

2.12.4. Da capacidade de se comunicar com o público alvo.

2.13. Neste desiderato, a **CONCESSÃO DE USO** se converte no fornecimento de melhores serviços para os visitantes e de um melhor aproveitamento do potencial do **PEVV**. Além disso, promoverá a geração de empregos diretos, a redução de gastos públicos, o aumento da arrecadação do Governo do Estado do Paraná.

2.14. Ademais, um dos objetivos almejados com a **CONCESSÃO DE USO** é a promoção das comunidades locais, mediante a criação de mecanismos que levem à utilização de mão de obra local, ao desenvolvimento das potencialidades das comunidades, ao apoio à criação de pequenas empresas e serviços ligados ao ecoturismo e ao incentivo ao artesanato. Todas essas atividades podem gerar renda para essas populações, contribuindo para a melhoria de sua qualidade de vida.

3. DAS PREMISSAS BÁSICAS

3.1. Sem prejuízo no disposto na legislação vigente, bem como no **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, caberá à **CONCESSIONÁRIA** atender, primordialmente, às seguintes premissas básicas:

3.1.1. Qualidade no atendimento ao público, melhorando a oferta de serviços e atividades prestadas no **PEVV**;

3.1.2. Conservação e segurança das estruturas, equipamentos e atrativos, cabendo-lhe investir em Segurança Patrimonial, Recursos Humanos e Infraestrutura adequada; e

3.1.3. Cobrança de valores razoáveis, de acordo com o praticado no mercado;

3.1.4. Promoção das comunidades locais, mediante a criação de mecanismos que levem à utilização de mão de obra local, ao desenvolvimento das potencialidades das comunidades, ao apoio à criação de pequenas empresas e serviços ligados ao ecoturismo e ao incentivo ao artesanato

3.1.5. Incentivo à consciência e educação ambiental;

3.1.6. Promoção do Turismo Sustentável no **PEVV**;

3.1.7. Primazia pela gestão que adote as melhores práticas disponíveis no mercado;

3.1.8. Busca de soluções inovadoras em serviços, processo e gestão, com o desenvolvimento e implementação de estratégias;

3.1.9. Capacidade de se comunicar com o público alvo;

3.1.10. Observância das Normas Técnicas oficiais previstas no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT ou estabelecidas pelos órgãos competentes.

3.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá executar os investimentos e encargos obrigatórios e cumprir os prazos estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS**, sendo-lhe facultado antecipar as obras e investimentos obrigatórios.

3.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá proporcionar o pleno atendimento da demanda de usuários, por todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**, garantindo a qualidade dos serviços decorrentes da exploração da **ÁREA DA CONCESSÃO**, bem como dispor de todos os materiais, equipamentos, acessórios e **EQUIPE** necessários à adequada exploração do **PEVV**, nos termos estabelecidos neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

CAPÍTULO II - DA TRANSIÇÃO OPERACIONAL

4. DA ETAPA DE TRANSIÇÃO

4.1. A ETAPA DE TRANSIÇÃO tem por objetivo a adequada assunção da **CONCESSÃO DE USO**, pela **CONCESSIONÁRIA**, a ser realizada sob a orientação e o apoio do **PODER CONCEDENTE**, assegurando a continuidade da prestação dos serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza.

4.2. A ETAPA DE TRANSIÇÃO da **CONCESSÃO DE USO** deverá seguir o seguinte Cronograma:

Cronograma	Ação
Dia 0	Assinatura do CONTRATO
Do 1º ao 30º dia	Prazo para proposição do PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL elaborado pela CONCESSIONÁRIA
Do 31º ao 91º dia	ETAPA DE TRANSIÇÃO
A partir do 92º dia	Gestão da ÁREA DA CONCESSÃO pela CONCESSIONÁRIA

4.3. Até o 30º dia, a gestão do uso da **ÁREA DA CONCESSÃO** ainda será de responsabilidade do **PODER CONCEDENTE**, sendo que a **CONCESSIONÁRIA** não receberá nenhuma remuneração advinda do Parque.

4.4. Neste período, a **CONCESSIONÁRIA** deverá constituir a **EQUIPE** para assumir as funções no **PEVV**, sob orientação do **PODER CONCEDENTE**.

4.5. Caso as **PARTES** entendam necessário e, devidamente justificado, os prazos previstos no Cronograma acima poderão ser prorrogados pelo **PODER CONCEDENTE**, por até 90 (noventa) dias.

4.6. Caso a **CONCESSIONÁRIA** entenda que o prazo de 30 (trinta) dias previsto para a elaboração do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** e/ou constituição da **EQUIPE MÍNIMA** não sejam suficientes, deverá solicitar, justificadamente, prorrogação ao **PODER CONCEDENTE**.

4.7. Uma vez entregue, ao **PODER CONCEDENTE**, o **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** e constituída a **EQUIPE MÍNIMA**, iniciar-se-á a **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, a qual terá o prazo de duração de 60 (sessenta) dias.

4.8. O **PODER CONCEDENTE** deverá se manifestar sobre o **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** no prazo de até 15 (quinze) dias, emitindo

sugestões de alterações, que deverão ser consideradas pela **CONCESSIONÁRIA**.

4.9. Após aprovado, o **PLANO DE TRANSIÇÃO** passará a fazer parte integrante do **CONTRATO** como **ANEXO**.

5. DO PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL

5.1. A partir da data de assinatura do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar um **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** relativo à transição da **CONCESSÃO DE USO**, com o intuito de garantir que os serviços de apoio à visitação, ao turismo sustentável, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza no **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** não seja interrompida.

5.2. No decorrer da elaboração do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**, a gestão da **ÁREA DA CONCESSÃO** será, ainda, de responsabilidade do **PODER CONCEDENTE**, já na **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, a gestão será da **CONCESSIONÁRIA**, com o auxílio do **PODER CONCEDENTE**.

5.3. A **ETAPA DE TRANSIÇÃO** somente se iniciará após a entrega do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** ao **PODER CONCEDENTE** e a constituição da **EQUIPE**, conforme estabelecido no item 6 abaixo, que assumirá a exploração dos serviços na **ÁREA DA CONCESSÃO**, sob orientação do **PODER CONCEDENTE**.

5.4. No **PLANO**, deverão constar os horários de funcionamento do Parque, a serem propostos pela **CONCESSIONÁRIA**.

6. DO CONTEÚDO MÍNIMO DO PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL

Seção I - Da EQUIPE

6.1. A constituição da **EQUIPE** para o **PEVV** deverá constar do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** da **CONCESSIONÁRIA**.

6.2. Para a constituição da **EQUIPE**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá observar o disposto no Capítulo III deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

Seção II - Da Venda de Ingressos de Entrada e Atrativos no PEVV

6.3. O **PLANO** deverá prever a implantação e operacionalização de Serviços de Venda de Ingressos para acesso dos visitantes ao **PEVV** e seus atrativos, observadas as seguintes diretrizes:

6.3.1. Os Serviços de Venda de Ingressos deverão ser implementados até 30 (trinta) dias após a assinatura do **CONTRATO**, ainda no início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**;

6.3.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever logística para venda de ingressos de forma antecipada aos usuários para evitar filas e aglomeração de veículos na entrada do Parque;

6.3.3. O tempo máximo de espera dos visitantes para a aquisição de ingressos e entrada no **PEVV** deverá ser de 20 (vinte) minutos;

6.3.4. A **CONCESSIONÁRIA** poderá apresentar valores e forma da venda de ingressos aos Atrativos no **PEVV** de forma individualizada, observado o disposto no **PLANO DE MANEJO**, bem como na legislação e normatização pertinentes;

6.3.5. Deverá constar do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** os valores para cada Atrativo, a serem estipulados pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com os valores praticados no mercado, bem como os respectivos cronogramas de implantação de início dessas cobranças;

6.3.6. A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer acesso para o controle dos Serviços de Venda de Ingressos e do acesso às catracas, por intermédio da internet e em tempo real, para o monitoramento do **PODER CONCEDENTE**, o qual deverá constar do **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES**, conforme previsto na Seção VIII deste Capítulo;

6.3.7. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela instalação, atualização e licença dos *softwares* necessários à operação dos Serviços de Venda de Ingressos, com todos os recursos para garantir atualizações de segurança durante todo o prazo contratual;

6.3.8. Todos os equipamentos necessários à operação do Sistema deverão contar com *no-breaks* com autonomia de, no mínimo, 06 (seis) horas, que possibilitem total operacionalização na falta de energia elétrica;

6.3.9. O controle de acesso deverá permitir a liberação das catracas em caso de emergência, assim como de interdição temporária.

6.4. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela instalação, atualização e licença dos *softwares* necessários à operação da cobrança de ingressos, com todos os recursos, sendo eles na forma de assinatura ou subscrição, para garantir atualizações de segurança durante todo o prazo contratual.

6.5. Na prestação desses Serviços, a **CONCESSIONÁRIA** deverá observar o disposto na legislação e regulamentação pertinentes, especialmente no tocante a isenções e meia-entrada.

6.6. Os valores de Venda de Ingressos serão estipulados pela **CONCESSIONÁRIA**, levando-se em conta as ações de conservação e gestão em desenvolvimento, bem como os serviços públicos e a infraestrutura colocada à disposição dos usuários e os valores praticados no mercado, de modo a possibilitar a adequada gestão do Parque.

6.7. No **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** deverá constar a justificativa dos valores e os respectivos cálculos, para aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

6.8. Os Serviços de Venda de Ingressos serão de atribuição exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**, a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** e durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**, que poderá estabelecer isenções ou valores diferenciados, com descontos para múltiplos dias (mensalistas) ou sazonalidade (dias de menor fluxo de visitantes).

6.9. O **PLANO** deverá prever os cronogramas de implantação dos Serviços de Vendas de Ingressos no **PEVV**, de acordo com as diretrizes estabelecidas neste tópico.

6.10. Contudo, a **CONCESSIONÁRIA** deverá assumir o Serviço de Venda de Ingressos no **PEVV** já no início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, apresentando cronograma de implementação de melhorias para atender ao disposto neste tópico.

6.11. Os Serviços de Venda de Ingressos deverão estar implantados até o final da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, como condição para o recebimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, do **TERMO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO**, a ser emitido pelo **PODER CONCEDENTE**, conforme estabelecido no **CONTRATO**.

Seção III - Do Estacionamento

6.12. A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar o estacionamento rotativo no **PEVV**, demarcando as vagas para veículos e as vias de acesso para pedestres e ciclistas.

6.13. A **CONCESSIONÁRIA** poderá apresentar valores para cobrança do estacionamento, a ser definido por tempo de permanência ou tempo fixo, sendo o valor cobrado de acordo com os valores de mercado praticados na região.

6.13.1. Poderão ser estabelecidos valores diferenciados com descontos para múltiplos dias (mensalistas) ou sazonalidade (dias de menor fluxo de visitantes).

6.14. No **PLANO**, deverá constar proposta de sinalização, iluminação e forma de operacionalização, com o respectivo cronograma de implantação.

6.15. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelo controle de tráfego e ordenamento das áreas do Estacionamento Veicular, bem como pela organização da fila de carros, se houver.

6.16. O estacionamento deverá funcionar diariamente de acordo com os horários de funcionamento do **PEVV**.

6.17. Deverá ser assegurada reserva de vagas no estacionamento, nos termos da legislação vigente.

6.18. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, promover a instalação de cancelas eletrônicas expedidoras de comprovantes de estacionamento, incluindo a implantação, operação e manutenção do Sistema, incluindo:

6.18.1. A emissão de bilhete, especificando sua validade;

6.18.2. Ter capacidade mínima de memória para armazenamento de todas as transações realizadas ao longo dos últimos 03 (três) dias de operação;

6.18.3. Possuir recursos de proteção e segurança dos dados (*software* de criptografia), de forma a garantir a integridade das informações armazenadas e evitar a possibilidade de adulteração e/ou fraude;

6.18.4. Prever a instalação de cabines e/ou totens para pagamento do bilhete em cartões de crédito e débito, além de pagamento em dinheiro.

6.19. As obras de implantação do Sistema de Cobrança do Estacionamento deverão ser concluídas no decorrer da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**.

6.20. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela contratação dos seguros necessários para a cobertura de eventuais sinistros no Estacionamento.

Seção IV - Da Lanchonete e/ou Restaurante

6.21. Com o objetivo de disponibilizar o fornecimento diário de alimentos do tipo lanches ou refeições, utilizando-se de estruturas objeto da **CONCESSÃO DE USO**, destinadas para este fim, a **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar e administrar a exploração dos serviços de Lanchonete e/ou Restaurante

6.22. A **CONCESSIONÁRIA** deverá incluir, no **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**, no mínimo, projeto de implantação de uma Lanchonete e/ou Restaurante, bem como o respectivo cronograma de instalação e horários de funcionamento.

6.23. A **CONCESSIONÁRIA** poderá utilizar, inicialmente, da Lanchonete localizada no Centro de Visitantes, devendo entrar em funcionamento no prazo de até 06 (seis) meses contados da data de assinatura do **CONTRATO**.

6.24. Caberá, a **CONCESSIONÁRIA**, disponibilizar o fornecimento diário de alimentos do tipo lanches rápidos ou refeições, utilizando-se de estruturas destinadas para este fim, para exploração comercial do serviço de Lanchonete e/ou Restaurante.

6.25. Os produtos e serviços a serem oferecidos, terão como elementos norteadores estratégias de gestão e operacionalização de mínimo impacto ambiental.

6.26. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, com o auxílio do **PODER CONCEDENTE**, a obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações para o funcionamento da Lanchonete e/ou Restaurante no **PEVV**, observado o disposto na legislação e regulamentação vigentes.

6.27. Caberá à **CONCESSIONÁRIA**:

6.27.1. Dotar a cozinha de equipamentos industriais de aquecimento e refrigeração de alimentos, bem como de toda a louça e utensílios necessários ao adequado atendimento aos clientes e à respectiva prestação dos serviços, observadas as Normas de Boas Práticas e Segurança Alimentar, de fácil higienização, com utilização de gás de acordo com Normas do Corpo de Bombeiros e equipamentos certificados pelo INMETRO;

6.27.2. Manter roupas de mesa, louças e equipamentos/utensílios em bom estado de conservação, bem como todo o mobiliário e áreas comuns, realizando a substituição destes periodicamente, caso necessário;

6.27.3. Disponibilizar mesas e cadeiras, demais mobiliários e decorações, para atender a demanda do Parque;

6.27.4. Observar a origem dos produtos a serem utilizados na Lanchonete e/ou Restaurante, de modo a garantir que estes sejam, preferencialmente, provenientes da agricultura familiar ou produção orgânica das comunidades de entorno do **PEVV**;

6.27.5. Manter as condições de higiene e armazenamento de alimentos impostos pela Vigilância Sanitária e previstas na legislação em vigor, bem como proceder a manutenção de suas instalações, conforme os ditames legais, devendo realizar todos os procedimentos de higienização dos ambientes de comensais e funcionais, nos períodos exigidos por Lei como dedetização, desratização, combate a pragas e insetos, entre outros;

6.27.6. Fixar em locais visíveis para os consumidores, o endereço e o telefone da fiscalização sanitária, do PROCON e os devidos Alvarás e Licenças de funcionamento; e

6.27.7. Realizar ações eficazes e contínuas de controle integrado de vetores e pragas urbanas, com o objetivo de impedir a atração, abrigo, acesso ou proliferação.

6.28. O preço dos produtos fornecidos na Lanchonete e/ou Restaurante deverão seguir os valores de mercados dos respectivos itens.

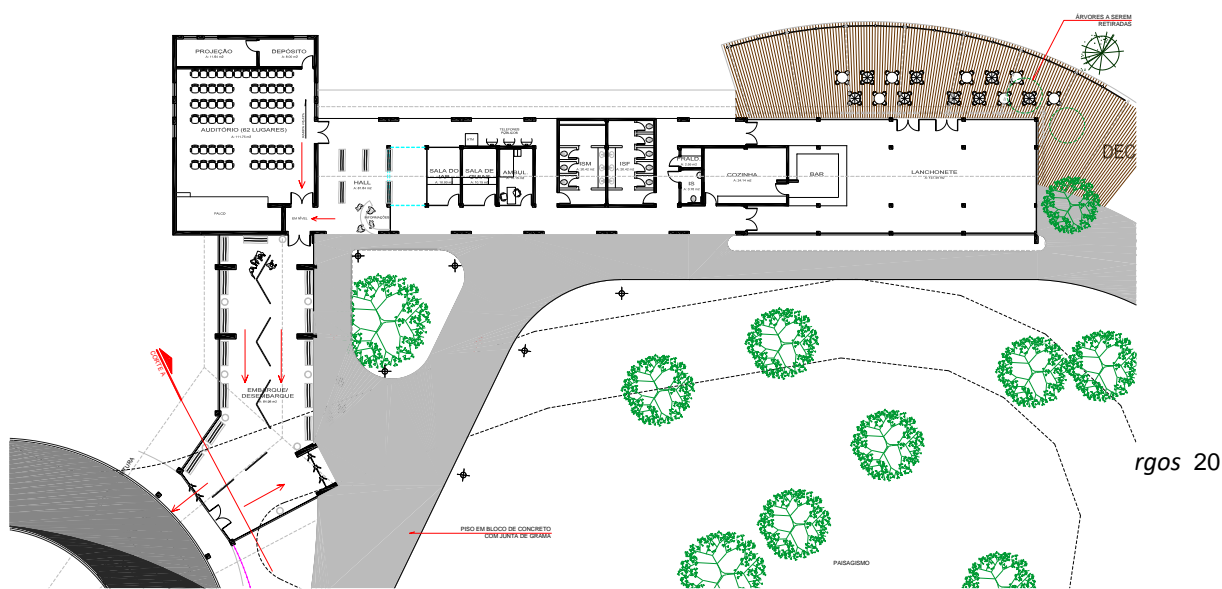
6.29. Será de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** qualquer dano causado aos consumidores por ingestão proveniente dos equipamentos de alimentação instalados, bem como dos alimentos fornecidos.

Seção V - Do Centro de Visitantes

6.30. O Centro de Visitantes deverá funcionar como um espaço de recepção dos visitantes e divulgação do **PARQUE ESTADUAL DE VILA VELHA** e de outras **UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ**, além de servir para outros serviços de apoio à visitação no **PEVV**.

6.31. A edificação existente está concebida em um único pavimento em alvenaria. O fluxo foi concebido de forma a orientar o visitante para o melhor aproveitamento do tempo de permanência, educação ambiental e conhecimento básico sobre o Parque.

Planta do Centro de Visitantes existente, Deck e Sala de



Embarque/Desembarque

6.32. A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar projeto de adequação, implantação, manutenção/reforma e operação do Centro de Visitantes no **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**.

6.33. O **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** deverá considerar o horário de funcionamento do Centro de Visitantes no **PEVV**, que deverá corresponder ao horário de funcionamento do Parque.

6.34. A **CONCESSIONÁRIA** deverá implementar Serviço de Recepção para prestar informações e orientações aos visitantes, com mapa informativo contendo a localização, indicação de Trilhas e Atrativos, níveis de dificuldade, descrição, riscos e restrições, dentre outros.

6.35. No **PLANO DE TRANSIÇÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar, também, outros serviços e exploração de Receitas a serem prestadas no Centro de Visitantes e os respectivo cronograma de implantação.

6.36. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela manutenção, limpeza e vigilância do Centro de Visitantes.

6.37. O Centro de Visitantes deverá funcionar diariamente, inclusive finais de semana, de acordo com o horário de funcionamento do **PEVV**.

Seção VI - Da Loja de Conveniências

6.38. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela gestão e operação da Loja de Conveniências, localizada no Centro de Visitantes, a qual deverá entrar em funcionamento no prazo de até 06 (seis) meses contados da data de assinatura do **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO**.

6.39. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, apresentar projeto de adequação da Loja de Conveniências, bem como o respectivo cronograma de implantação e horários de funcionamento, observado o disposto no **PLANO DE MANEJO** e na legislação e regulamentação pertinentes.

6.40. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, com o auxílio do **PODER CONCEDENTE**, a obtenção de todas as licenças, alvarás e autorizações para o funcionamento da Lojas de Conveniências.

6.41. Os produtos comercializados deverão ser elaborados e selecionados levando em consideração as normas de uso das marcas institucionais, artigos selecionados, padrão de qualidade e valores de comercialização.

6.42. Preferencialmente, a **CONCESSIONÁRIA** deverá comercializar produtos de artesanato produzidos pelas comunidades do entorno, identificados com a cultura e com a região do Parque.

6.43. Também poderão ser comercializados produtos destinados ao conforto e satisfação dos visitantes no Parque, tais como: protetores e filtros solares, repelentes, pilhas, capas de chuva, camisetas, bonés e outros.

6.44. A comercialização dos produtos deverá estar de acordo com as normas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

6.45. A **CONCESSIONÁRIA** deverá comercializar produtos com a Logomarca do **PEVV**, devendo elaborar proposta de identidade visual, para o **PODER CONCEDENTE**, a qual deverá constar do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**, conforme estabelecido na Seção **IX** deste Capítulo.

6.46. O prazo para o início da comercialização dos produtos com a marca do **PEVV** será de até 120 (cento e vinte) dias contados da aprovação da proposta pelo **PODER CONCEDENTE**.

6.47. O horário de atendimento ao público da Loja de Conveniências será o mesmo horário de funcionamento do **PEVV**.

Seção VII - Dos Serviços de Transporte Interno

6.48. A **CONCESSIONÁRIA** deverá disponibilizar Serviços de Transporte Interno para deslocamento dos visitantes do **PEVV**, operando todos os dias e horários de funcionamento do Parque, durante todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**.

6.48.1. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, estabelecer, no **PLANO DE TRANSIÇÃO**, o modo de realização dos Serviços de Transporte Interno no **PEVV**.

6.49. Para tal, deverá efetuar obra de adequação dos trechos, efetuando, periodicamente, a manutenção da via, deixando-as em condições de trafegabilidade.

6.50. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela manutenção dos veículos ao longo de toda a **CONCESSÃO**, bem como por garantir a operação com frequência definida de acordo com a demanda.

6.51. O veículo deverá estar devidamente identificado e adaptado para o transporte de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

6.52. A **CONCESSIONÁRIA** deverá efetuar a venda dos ingressos para o Transporte Interno separada do ingresso do Parque, uma vez que a utilização do transporte interno será facultada ao usuário.

6.53. A **CONCESSIONÁRIA** poderá ofertar o Serviço de Transporte Interno para apenas um trecho (somente ida ou somente volta) com valor proporcionalmente menor.

6.54. O Transporte Interno partirá para os Atrativos em horários fixos, mediante existência de demanda, com intervalos a serem estabelecidos pela **CONCESSIONÁRIA**.

6.55. A frota de veículos utilizada para a realização do Transporte Interno será considerada **BEM REVERSÍVEL**, nos termos do **CONTRATO**, e deverá estar em perfeitas condições de uso e totalmente amortizado no término do prazo da **CONCESSÃO DE USO**.

Seção VIII - Do SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES

6.56. A **CONCESSIONÁRIA** deverá fornecer uma solução de Tecnologia da Informação e Comunicação, por meio da implantação de um **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES**, nos termos deste **CADERNO DE ENCARGOS**, observadas as disposições do **CONTRATO**.

6.57. O **PLANO** deverá prever, também, o cronograma de implantação do **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES** para operação informatizada de todos os valores de ingressos, serviços e receitas, incluindo, mas não se limitando, às estruturas e equipamentos necessários, bem como demais informações acerca da gestão da **UC**.

Seção IX - Da Logomarca do PEVV

6.58. O **PLANO** deverá conter análise sobre a Logomarca do **PEVV**, apresentando sugestões de melhorias, novo modelo ou validando a mesma.

6.58.1. A Logomarca deverá refletir a identidade visual do Parque.



6.59. O PODER CONCEDENTE deverá se manifestar, expressamente, sob a aprovação, ou não, da proposta de logomarca do **PEVV**.

6.59.1. Caso entenda que a proposta da Logomarca não atende aos objetivos do Parque, deverá apresentar suas sugestões de alteração à **CONCESSIONÁRIA**.

6.60. O prazo para o início da comercialização dos produtos com a marca do **PEVV** será até 120 (cento e vinte) dias contados da aprovação da proposta pelo **PODER CONCEDENTE**.

7. DA ETAPA DE TRANSIÇÃO

7.1. Do 31º ao 91º dia, a gestão da **ÁREA DA CONCESSÃO** será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, mas com a orientação do **PODER CONCEDENTE**.

7.2. Na **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** passará a ser responsável pelos Serviços de Venda de Ingressos, conforme disposto no **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**, bem como demais serviços de manutenção, conservação, limpeza, segurança, dentre outros especificados neste Capítulo.

7.3. No prazo de até 15 (quinze) dias do recebimento do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**, caberá, ao **PODER CONCEDENTE**, se manifestar sobre o mesmo, sugerindo alterações para melhor funcionamento do **PEVV**, bem como sobre o cronograma de implantação apresentado.

7.4. A **ETAPA DE TRANSIÇÃO** tem por objetivo possibilitar o conhecimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, dos serviços prestados no **PEVV**, possibilitando, às **PARTES**, adequar à gestão da **ÁREA DA CONCESSÃO**, bem como capacitar a **EQUIPE** da **CONCESSIONÁRIA**.

7.5. Concluída a **ETAPA DE TRANSIÇÃO** o **PODER CONCEDENTE** emitirá **TERMO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO**, sendo que a gestão da **ÁREA DA CONCESSÃO** e a exploração dos serviços objeto do **CONTRATO** serão de responsabilidade exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**.

CAPÍTULO III - DOS RECURSOS HUMANOS

8. DA ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS

8.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá constituir um quadro de Funcionários e Colaboradores (“**EQUIPE**”), ao longo de todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**, a fim de executar as atividades no **PEVV** e garantir a realização de todos os encargos mínimos obrigatórios previstos neste **CADERNO DE ENCARGOS**.

8.2. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela contratação e gestão de todos os recursos humanos necessários à exploração dos serviços na **ÁREA DA CONCESSÃO**, nos termos da legislação trabalhista vigente.

8.3. Os recursos humanos, a serem alocados pela **CONCESSIONÁRIA**, deverão ser administrados segundo as melhores práticas do mercado privado, de forma a contribuir para alcançar a excelência no atendimento aos visitantes do Parque.

8.4. Para a constituição da **EQUIPE**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá priorizar a contratação de mão-de-obra da comunidade do entorno, bem como verificar a possibilidade de contratação do pessoal que já presta serviços no **PEVV**.

8.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá prever a **EQUIPE** necessária para garantir a execução dos serviços sem interrupção nos regimes contratados, de maneira que não prejudiquem o andamento e a boa execução das atividades, mesmo considerando os motivos de férias, descanso semanal, licença, afastamento ao serviço, demissão dentre outros, obedecida às disposições da legislação trabalhista vigente.

8.6. Em caso de ampliação do horário de funcionamento ou de aumento na demanda de visitação e infraestruturas, o quantitativo da **EQUIPE** deverá ser ajustado, sob responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, de forma a manter a qualidade do serviço.

8.7. A responsabilidade por todos os encargos e obrigações trabalhistas compete exclusivamente à **CONCESSIONÁRIA**, que será responsável por todas as despesas relacionadas à sua **EQUIPE**, tais como: salários, encargos previdenciários e de classe, seguros de acidentes, taxas, impostos e contribuições, indenizações, vale-refeição, vale-transporte e outras que venham a ser criadas e exigidas pela legislação.

8.8. A inadimplência da **CONCESSIONÁRIA**, com referência aos encargos e obrigações estabelecidas neste Capítulo, bem como na legislação vigente, não transfere ao **PODER CONCEDENTE** a responsabilidade pelos seus pagamentos, nem poderá onerar o objeto contratado.

8.9. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, responsabilizar-se por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando forem vítimas seus Funcionários e Colaboradores no

desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que ocorridos em dependências do **PODER CONCEDENTE**.

8.10. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, ainda, responsabilizar-se por demais encargos sociais, fiscais e comerciais resultantes da execução do **CONTRATO** de **CONCESSÃO DE USO**, bem como atender às Normas de Segurança e Medicina do Trabalho, assumindo todos os ônus e responsabilidades decorrentes.

9. DIRETRIZES PARA A CONSTITUIÇÃO DA EQUIPE

9.1. Na constituição de sua **EQUIPE**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá observar as seguintes diretrizes:

9.1.1. Manter Funcionários e Colaboradores especializados em gestão de recursos naturais, históricos, culturais e arqueológicos, com competência técnica e habilitação comprovada ao longo de todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**;

9.1.2. Toda a **EQUIPE**, que exercerá suas atribuições no Parque, deverá estar devidamente identificada e uniformizada com modelo de uniforme que seja adequado às tarefas que deverão executar e às condições climáticas da Região;

9.1.3. Quando pertinente e necessário, os Funcionários e Colaboradores deverão estar munidos dos devidos Equipamentos de Proteção Individual - EPI's, aparelhos de comunicação, equipamentos de registro fotográfico e aparelhos de GPS;

9.1.4. As atividades de Vigilância e Segurança Patrimonial envolverão a alocação de profissionais devidamente habilitados, nos termos da legislação e regulamentações vigentes para o exercício dessa atividade;

9.1.5. Os Funcionários e Colaboradores do setor alimentício deverão passar, anualmente, por treinamento de atendimento a clientes, manipulação de alimentos, segurança alimentar e manejo e destinação de Resíduos Sólidos;

9.1.6. Todos os Funcionários e Colaboradores das Lanchonetes e/ou Restaurantes deverão utilizar vestuário adequado à natureza do serviço, sendo expressamente vedado a todos o uso de chinelos, sandálias, dentre outras proibições de normas sanitárias vigentes;

9.1.7. Deverá ser mantido, no **PEVV**, pessoal treinado para realizar primeiros socorros;

9.1.8. Deverá ser mantido, no **PEVV**, no mínimo, 01 (um) monitor fluente em inglês, nos horários de atendimento ao público;

9.1.9. Os Funcionários e Colaboradores em contato direto com o público deverão ter capacidade de comunicar-se com desenvoltura e cordialidade, bem como vestir-se com uniforme e crachá;

9.1.10. Todos os condutores, monitores e guias, Funcionários ou Colaboradores, deverão estar devidamente cadastrado no **PEVV**.

9.2. A definição dos postos de trabalho e distribuição das funções é de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

10. DAS ATRIBUIÇÕES MÍNIMAS DA EQUIPE

10.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter **EQUIPE** suficiente para garantir a realização das seguintes atribuições mínimas:

10.1.1. Gestão administrativa e patrimonial da **ÁREA DA CONCESSÃO**;

10.1.2. Aspectos técnicos da proteção ao patrimônio, como manutenção, portaria, segurança, serviços de ronda, prevenção e combate a incêndios;

10.1.3. Promoção de atividades de Educação Ambiental;

10.1.4. Adequação do patrimônio para a visitação e desenvolvimento de ações focadas na orientação e mediação da prática do uso público pelos visitantes;

10.1.5. Relacionamento com pesquisadores científicos, técnicos do **PODER CONCEDENTE** e comunidade do entorno.

10.2. Ressalta-se que a **CONCESSIONÁRIA** deverá manter, durante todo o prazo da **CONCESSÃO DE USO**, número suficiente de Funcionários e Colaboradores para atender a demanda de visitantes e de infraestrutura no **PEVV**.

10.3. Caberá à **CONCESSIONÁRIA**:

10.3.1. Zelar pela qualidade no atendimento;

10.3.2. Exigir hospitalidade e atenção de sua **EQUIPE** no atendimento aos visitantes;

10.3.3. Atentar, permanentemente, quanto à higiene pessoal dos funcionários;

10.3.4. Disponibilizar uniformes à sua **EQUIPE** com padrão condizente com a estrutura e clima do local;

10.3.5. Primar pelo rigoroso asseio nos utensílios, nas instalações e serviços de alimentação;

10.3.6. Disponibilizar instalações físicas adequadas de forma a possibilitar um fluxo adequado e facilitar as operações de manutenção e limpeza;

10.3.7. Manter os equipamentos organizados e em adequado estado de conservação;

10.3.8. Manter arquivo de controle de Funcionários e Colaboradores no **PEVV**, com endereço residencial que estará à disposição do **PODER CONCEDENTE** para consultas; e

11. DA EQUIPE MÍNIMA

11.1. A **EQUIPE MÍNIMA**, a ser constituída na **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, para que a **CONCESSIONÁRIA** possa assumir a exploração dos serviços no **PEVV**, deverá ser estabelecida para atender a demanda atual de visitantes, bem como para efetuar os serviços de conservação, operação, gestão e manutenção inicial das infraestruturas e dos serviços na **ÁREA DA CONCESSÃO**.

11.2. Em caso de ampliação do horário de funcionamento autorizado pelo **PODER CONCEDENTE** ou de aumento da demanda de visitação, o quantitativo deverá ser ajustado, sob responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, de forma a manter a qualidade dos serviços na **ÁREA DA CONCESSÃO**.

12. DO GERENTE GERAL

12.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter, pelo menos, 01 (um) Gerente Geral, responsável pela coordenação de todas as ações e pela interlocução com o **PODER CONCEDENTE**.

12.2. O Gerente Geral deverá ter, no mínimo, as seguintes atribuições:

12.2.1. Ser responsável técnico e administrativo das ações relativas à **ÁREA DA CONCESSÃO**;

12.2.2. Comunicar, imediatamente à autoridade policial e ao **PODER CONCEDENTE**, os casos de dano ao Patrimônio Natural, Histórico, Cultural e Arqueológico ou o flagrante da ocorrência de crimes ambientais na **ÁREA DA CONCESSÃO**;

12.2.3. Reportar toda e qualquer anormalidade no Parque ao **PODER CONCEDENTE**;

12.2.4. Promover a integração e o desenvolvimento técnico da **EQUIPE** e orientá-la quanto às regras do Parque;

12.2.5. Acompanhar e orientar a imprensa em casos de visita ao **PEVV**, verificando a permissão para reportagens, fotos e filmagens dentro do Parque, após comunicar ao **PODER CONCEDENTE**;

12.2.6. Emitir ou analisar todos os Relatórios solicitados no **CONTRATO** e enviá-los ao **PODER CONCEDENTE** com sugestões de melhorias, quando necessário;

12.2.7. Sugerir melhorias para o atendimento à população;

12.2.8. Identificar a necessidade de Programas de Capacitação e Reciclagem dos Funcionários e Colaboradores;

12.2.9. Coordenar os trabalhos dos Funcionários e Colaboradores no **PEVV**, a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados e a quantidade adequada da **EQUIPE** conforme a demanda do Parque;

12.2.10. Participar de todas as reuniões do Conselho Consultivo do Parque, prestando os esclarecimentos solicitados pelos demais conselheiros e colaborando com as discussões em pauta.

12.2.11. Em caso de ausência temporária, designar substituto a fim de responder por suas atribuições.

13. DOS TREINAMENTOS, PALESTRAS E CAPACITAÇÕES

13.1. Os serviços e perfis descritos neste Capítulo são o mínimo exigido pelo **PODER CONCEDENTE** para atender ao **PEVV**, sendo de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a qualificação dos profissionais para executar os serviços que irão realizar, devendo fazer a seleção adequada para as tarefas que se fizerem necessárias para atender o objeto contratado.

13.2. Os profissionais de saúde devem participar de cursos periódicos de atualização na sua área de atuação.

13.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá responsabilizar-se pelo treinamento e capacitação do pessoal contratado, provendo cursos de atualização, inclusive sobre as normas e regulamentos do **PEVV** e temas relacionados ao meio ambiente, as regras, destinação e acondicionamento dos resíduos sólidos e ao bom atendimento turístico.

CAPÍTULO IV - DOS TRABALHOS INICIAIS

14. DAS EDIFICAÇÕES E ESTRUTURAS EXISTENTES

14.1. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela operação, manutenção, conservação, vigilância, modernização e desenvolvimento turístico da **ÁREA DA CONCESSÃO**, com todos os encargos decorrentes, incluindo a manutenção e conservação de todas as edificações e infraestruturas existentes, mesmo daquelas que permanecerão sob o uso do **PODER CONCEDENTE**.

14.2. Para toda construção, reforma e equipamentos, a **CONCESSIONÁRIA** deverá optar, sempre que for possível e viável, pelo uso de materiais regionais e tecnologias limpas, além do correto tratamento dos resíduos sólidos e líquidos.

14.3. Na implantação, reforma e manutenção das Edificações e Estruturas do **PEVV**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá adotar Critérios de Sustentabilidade Ambiental, nos termos deste **CADERNO DE ENCARGOS** e do **CONTRATO**.

14.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá utilizar processos ecologicamente corretos e economicamente viáveis que supram suas próprias necessidades, não explorando ou poluindo, e que, sejam sustentáveis em longo prazo.

14.5. Entende-se por “Tecnologias Sustentáveis e Arquitetura Ecológica” as que utilizam:

14.5.1. Captação e uso racional de água;

14.5.2. Captação e uso racional de energia;

14.5.3. Redução do uso de materiais de construção;

14.5.4. Seleção de materiais menos impactantes ao ambiente;

14.5.5. Maximização da durabilidade da edificação; e

14.5.6. Minimização de perdas e reutilização de materiais em geral.

14.6. Entende-se por “Construções Sustentáveis” aquelas caracterizadas pelo emprego de técnicas conscientes, por meio de utilização dos recursos disponíveis de forma sustentável, que possibilitem a satisfação das necessidades sociais, sem que para isso seja preciso prejudicar o meio ambiente.

14.7. Como exemplos dessas Tecnologias, pode-se citar o uso de energia solar; a coleta, reutilização e racionalização de água; o aproveitamento de luz natural; telhados verdes; claraboias; trocadores de calor; materiais com baixa emissão de compostos orgânicos voláteis; materiais reciclados, regionais, recicláveis e de reuso; e, quando da inviabilidade destas estruturas, deve-se optar por alternativas de menor impacto ao ambiente.

14.8. Todas as instalações voltadas ao público deverão observar as Normas de Acessibilidade, nos termos da legislação e regulamentação vigentes.

14.9. A **CONCESSIONÁRIA** deverá garantir a manutenção e conservação das estruturas da **ÁREA DA CONCESSÃO** ao longo de toda vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

15. DOS SERVIÇOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS DE REFORMAS E MANUTENÇÕES DA INFRAESTRUTURA EXISTENTE

15.1. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de até 06 (seis) meses, contados da assinatura do **CONTRATO**, executar as reformas e manutenções mais urgentes das edificações e estruturas existentes na **ÁREA DA CONCESSÃO**, observando o seguinte:

15.1.1. O visual das edificações deverá ser adequado para que esteja em harmonia com a paisagem do Parque;

15.1.2. Deverá haver uma uniformização de linguagem visual e arquitetônica, de maneira a garantir a padronização em toda a **ÁREA DA CONCESSÃO**;

15.1.3. A utilização de materiais e processos construtivos sustentáveis, sendo desejável o uso de materiais certificados com essa qualificação, observado o disposto nesta Seção e no **CONTRATO**.

15.2. Caso a **CONCESSIONÁRIA** decida por alguma alteração de uso das edificações existentes, deverá apresentar, para aprovação do **PODER CONCEDENTE**, um Plano de Utilização das mesmas, observada a legislação

ambiental e os usos previstos no Zoneamento Ambiental do **PLANO DE MANEJO**.

15.3. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por todo tipo de passivo decorrente de obras e benfeitorias que realizar como a retirada de entulhos, canteiro de obras, resíduos e instalações hidráulicas, dentre outros.

Seção I - Portal

15.4. O Portal está localizado na margem da Rodovia e possui 12m², estruturado em concreto e alvenaria de tijolos, conforme demonstrado abaixo.



15.5. No Porta, a **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a pintura externa, podendo, ainda, apresentar projeto de reforma ou de implantação de novo Portal, para conhecimento e anuência do **PODER CONCEDENTE**.

Seção II - Guarita

15.6. A Guarita, com 9.96m², possui estrutura composta por Sala e Sanitário, conforme demonstrado abaixo:



15.7. Caberá, a **CONCESSIONÁRIA**, realizar a reforma e manutenção da Guarita, incluindo pintura externa e interna, troca de telhados, esquadrias, vidros, além de realizar a manutenção do Sanitário.

15.8. Caso a **CONCESSIONÁRIA** entenda mais viável realizar nova obra para substituir a atual Guarita, deverá enviar o projeto para análise do **PODER CONCEDENTE**.

Seção III - Estacionamento

15.9. Caberá à **CONCESSIONÁRIA** manter o calçamento, jardins e a trilha de acesso ao Centro de Visitantes, com a devida sinalização, a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**.

15.10. A forma de implantação do Sistema de Cobrança no Estacionamento e o cronograma de execução deverá constar do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**.

Seção IV - Pontes

15.11. No **PEVV** existem 04 (quatro) Pontes, sendo 01 (uma) ponte principal que liga Arenitos a Furnas (estrada interna) e 03 (três) secundárias que servem para acessos aos aceiros e estradas internas.

15.12. A **CONCESSIONÁRIA** deverá restaurar a Ponte principal para possibilitar a passagem dos ônibus que farão o Transporte Interno.

Seção V - Centro de Visitantes

15.13. Com área de 512,33m², o Centro de Visitantes é composto por:

15.13.1. Recepção, com área de 66,01m²;

15.13.2. Auditório, com área de 117,75m²;

15.13.3. Ambulatório, com área de 8m²;

15.13.4. Depósito, com área de 11,64m²;

15.13.5. Duas Salas Administrativas, com área de 44m² e 21,21m²;

15.13.6. Bilheteria, com área de 21,19m²;

15.13.7. Fraldário e Sanitário para Portadores de Necessidades Especiais, com área de 6,06m²;

15.13.8. Lanchonete, com área de 157,49m², incluindo cozinha (24,14m²);

15.13.9. Loja de Artesanato;

15.13.10. Sala Campos Gerais, contendo sala de exposições e varanda, com área de 288m²; e

15.13.11. Vestiários, cozinha, depósito e sala de descanso dos funcionários.





15.14. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a pintura interna e externa, a manutenção das esquadrias de ferro, dos telhados e dos vidros do Centro de Visitantes, além de readequar o piso interno, mobiliá-lo e equipá-lo adequadamente.

15.14.1. No Auditório, mobiliar, equipar, realizar pintura interna, conter os pontos de infiltração, equipar com projetor e audiovisuais;

15.14.2. Equipar com primeiros socorros o Ambulatório;

15.14.3. Nos Sanitários, realizar a troca dos vasos sanitários e válvulas de descarga, substituindo por materiais mais sustentáveis que visem a economia de água;

15.14.4. Adequar o espaço dos Vestiários, da Cozinha, do Depósito e da Sala de Descanso dos Funcionários à demanda de serviços da **CONCESSÃO DE USO**;

15.15. A implementação da Lanchonete no **PEVV** deverá observar as diretrizes e o cronograma estabelecido no **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL** elaborado pela **CONCESSIONÁRIA** e aprovado pelo **PODER CONCEDENTE**.

Seção VI - Centro de Lazer

15.16. O Centro de Lazer é composto por:

15.16.1. Área de Lazer, com 164,42m², contendo 08 (oito) Quiosques com pias e churrasqueiras, Sanitários; e

15.16.2. Sanitários - femininos, masculinos e para Portadores de Necessidades Especiais,

15.16.3. Cozinha e Sala de Educação Ambiental, com 84m².

15.17. A edificação do Centro de Lazer é feita em alvenaria e possui estrutura em concreto, telhado com estrutura em madeira e cobertura em telhas de barro.



15.18. A **CONCESSIONÁRIA** deverá adequar as estruturas do Centro de Lazer para o desenvolvimento de atividades de recreação ao ar livre e eventos específicos, observado o disposto no **PLANO DE MANEJO**, em especial sobre a proibição de churrasqueiras.

15.18.1. No mínimo, deverá ser realizada a pintura interna e externa, a manutenção dos telhados, das esquadrias em madeira e dos vidros, a manutenção dos jardins e do calçamento, além de substituir os vasos sanitários por outros mais sustentáveis que visem a economia de água.

Seção VII - Igreja

15.19. Com área de 453m², a Igreja possui altar e área de auditório.

15.20. A edificação tem estrutura em concreto e vedação em vidro estruturado por esquadrias metálicas, cobertura de concreto armado com laje em formato cônico-pontiagudo.



15.21. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a manutenção da infraestrutura e propor atividade de cunho ecumênico na Igreja para aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

Seção VIII - Ponto de Parada de Transporte Interno

15.22. Existem 03 (três) Pontos de Parada de Transporte Interno no **PEVV**, com 15,68m² cada, sendo um no Centro de Lazer, outro no núcleo de Lagoa Dourada e outro no conjunto Arenitos.

15.23. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a pintura nos 03 (três) Pontos de Ônibus, bem como sua manutenção.

15.24. Caso entenda necessário, poderá instalar outros Pontos de Parada de Transporte Interno no **PEVV**, uma vez que este serviço será realizado sob sua responsabilidade.

Seção IX - Estrutura adjacente às Furnas

15.25. A Estrutura adjacente às Furnas é composta pelo elevador, lanchonete, sanitários, Salas nas Furnas, Portal e 02 (dois) Mirantes.

15.26. O elevador, localizado no topo da Furna 1, está desativado desde 2002 e tinha por finalidade permitir, aos visitantes, o acesso à área inferior, situada a 50m abaixo, onde se tem um mirante flutuante sob o espelho d'água.

15.27. A edificação do elevador é feita em estrutura metálica e cobertura com telhas metálicas, sendo que, atualmente, compromete a paisagem do Parque.



15.28. A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar, ao **PODER CONCEDENTE**, uma nova utilização para esta estrutura, observado o disposto neste **CADERNO DE ENCARGOS**, em especial o Capítulo **VIII**.

15.29. A lanchonete, os sanitários e as Salas nas Furnas possuem área de 337,5m².

15.29.1. A Lanchonete está desativada desde dezembro de 2002, sendo que a edificação principal possui pilares em concreto e cobertura de estrutura metálica e telha de fibrocimento.

15.29.2. As estruturas adjacentes possuem 02 (dois) Quiosques com bancos e cobertura em concreto.



15.29.3. O Portal possui área de 16m², foi construído com painéis vazados em concreto.

15.29.4. Os 02 (dois) Mirantes possuem 25m² cada, com estrutura no topo de cada uma das Furnas, sendo um na Furna 1 e o outro na Furna 2, com pavimentação em paralelepípedos e proteção com guarda-corpo metálico, servem como espaço de contemplação das espécies da fauna e flora e da formação geológica.

15.30. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a pintura externa do Portal nas Furnas e a readequação do guarda-corpo aos padrões de segurança, além de manter os calçamentos.

15.31. Caberá, a **CONCESSIONÁRIA**, propor adequada utilização para a lanchonete, bem como o seu cronograma de implantação, que deverá constar do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**.

Seção X - Estrutura adjacente à Lagoa Dourada

15.32. A estrutura adjacente à Lagoa Dourada é composta por:

15.32.1. Edificação em alvenaria com estrutura contendo 01 (um) quarto com banheiro, área coberta em madeira e cobertura em telhas de barro com 02 (dois) sanitários;



15.32.2. Portal, com área de 16m², construído com painéis vazados em concreto;

15.32.3. Mirante, com área de 25m², consiste em uma estrutura localizada na lateral da Lagoa, com pavimentação com pedras assentadas em argamassa e proteção com guarda-corpo de madeira, serve como espaço de contemplação das espécies da fauna e flora e da formação geológica.



15.33. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a pintura interna e externa da estrutura adjacente à Lagoa Dourada, manutenção do telhado, do poço artesiano e dos sanitários, trocando os vasos por outros mais sustentáveis que visem a economia de água.

15.33.1. Esta estrutura será utilizada pela **CONCESSIONÁRIA** que deverá lhe dar destinação adequada, de acordo com o objetivo da **CONCESSÃO DE USO**.

15.34. No Portal, a **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a pintura externa.

15.35. No Mirante, a **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a manutenção do calçamento e do guarda-corpo.

15.36. De acordo com o **PLANO DE MANEJO**, deverá ser prolongado o deck até o início da lagoa no sistema de palafita, elevado de madeira para mirante na região do lago para a contemplação do visual cristalino o qual a Lagoa propicia.

15.36.1. Este equipamento terá por finalidade permitir aos visitantes uma melhor observação da ictiofauna existente nesta área.

15.37. Poderá ser instalado nas proximidades da Lagoa Dourada o campo de desafios, conforme autoriza o **PLANO DE MANEJO**, observado o disposto no Capítulo **VIII** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

15.37.1. Tratam-se de equipamentos dispostos em forma de circuito, a uma altura média de 2m a 4m do solo, com obstáculos que testam o equilíbrio e a autoconfiança dos participantes.

15.38. Anexo ao núcleo Lagoa Dourada deverá ser adequada a estrutura existente da lanchonete visando o funcionamento do equipamento para atendimento dos visitantes.

15.39. O Núcleo Lagoa Dourada deverá contar ainda com estrutura de sanitários e material de primeiros socorros para atendimento aos visitantes.

Seção XI - Casa da Administração

15.40. Com área de 230,23m², possui 02 (dois) quartos; 02 (dois) banheiros; 01 (uma) cozinha; 04 (quatro) salas administrativas; 01 (uma) sala grande central; 01 (um) hall interno; e, 01 (um) hall externo.

15.41. A edificação foi feita em alvenaria com estrutura em concreto, telhado de duas águas com estrutura de madeira e telhas do tipo capa e canal, com inclinação de 35%.

15.42. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a pintura interna e externa, manutenção do telhado, readequar o sistema de abastecimento de água e manter sistema de energia; além de realizar a manutenção do banheiro, trocando o vaso sanitário por outro mais sustentável que vise a economia de água.

15.43. A Casa da Administração servirá para acomodar os pesquisadores e o escritório do **PODER CONCEDENTE**, mas a manutenção desta estrutura será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** pelo prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

Seção XII - Casa do Guarda Parque

15.44. Com área de 108m², está localizada na Zona de Uso Especial.

15.45. Possui 03 (três) quartos; 01 (uma) sala; 01 (um) sanitário; 01 (uma) cozinha; e, varanda, utilizada como garagem, com churrasqueira.

15.46. A edificação é feita em alvenaria com estrutura em concreto, telhado de quatro águas com estrutura de madeira e telhas cimentícias.

15.47. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a pintura interna e externa, manutenção do telhado, readequar o sistema de abastecimento de água e manter sistema de energia; além de realizar a manutenção do banheiro, trocando o vaso sanitário por outro mais sustentável que vise a economia de água.

15.48. Esta estrutura servirá de apoio ao **PODER CONCEDENTE**, mas a manutenção desta estrutura será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** pelo prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

Seção XIII - Oficina

15.49. Com área de 50m², esse espaço é utilizado como depósito de equipamentos com necessidade de manutenção.

15.50. A edificação é feita com estruturas de eucalipto roliço e sem vedação.

15.51. Possui telhado de quatro águas com estrutura simplificada de madeira e telhas cimentícias.

15.52. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a pintura e manutenção dos vestiários e banheiros, trocando os vasos sanitários por outros mais sustentáveis que visem a economia de água.

15.53. Este espaço deverá ser readequado para uso da **CONCESSIONÁRIA**.

Seção XIV - Trilhas

15.54. No **PEVV** existem as Trilhas indicadas abaixo, cuja finalidade é possibilitar o acesso aos diversos Atrativos do Parque e permitir o contato dos visitantes com a natureza.

15.54.1. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, implantar **Projeto de Monitoramento de Uso Público**, nos termos deste **CADERNO DE ENCARGOS**, com o intuito de permitir avaliar o número ideal de visitantes por dia para o uso das Trilhas, uma vez que o **PLANO DE MANEJO** traz a capacidade referencial de visitantes/dia.

15.55. Trilha da Fortaleza, com 16km de extensão, partindo do Centro de Visitantes, passando pelos Arenitos, Fortaleza e chegando até Furnas.

15.55.1. Esta Trilha percorre trechos de aceiros quando acessa a Zona Primitiva.

15.55.2. Parte deste trecho não se encontra na **ÁREA DA CONCESSÃO**, mas, a critério da **CONCESSIONÁRIA**, esta Trilha poderá ser utilizada para caminhadas.



15.55.3. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar roçada quinzenal, manter as pontes e readequar as setas indicativas na Trilha da Fortaleza, mesmo na Área não abrangida pela **CONCESSÃO DE USO**.

15.56. Trilha dos Arenitos, com 2.452,25m lineares com calçamento; circulando o conjunto de Arenitos, possui estrutura de madeira tratada e Deck (16 m²) para observação da forma mais visitada do Parque - a Taça de Vila Velha.

15.56.1. O percurso da Trilha dura aproximadamente 2 horas.



15.56.2. De acordo com o **PLANO DE MANEJO**, a capacidade referencial de carga efetiva da Trilha dos Arenitos, de acordo com a atual estrutura, é de 747,8 visitantes/dia.

15.56.3. Nesta Trilha poderão ser desenvolvidas dinâmicas de interpretação ambiental, a ser aplicada pelos monitores ou condutores de visitantes de ecoturismo, além da observação da fauna e flora locais promovendo a interação mais efetiva entre os elementos do ambiente e o visitante.

15.56.4. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a manutenção do calçamento e roçadas em 1m de cada lado das margens, a manutenção do *deck* em madeira tratada, e dos bancos em madeira ao longo da Trilha.

15.56.5. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, também, construir um pequeno *deck* para visualização da Formação “Garrafa” bem como outros pontos de interesse dos visitantes.

15.57. Trilha Alternativa, com 900m em piso natural, partindo do Centro de Visitantes até o início da Trilha dos Arenitos.

15.57.1. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a manutenção do piso natural desta Trilha, bem como o controle de erosão.

15.58. Estrada de Acesso às Furnas, com 6km em poliedro, partindo do Centro de Visitantes.

15.58.1. Este trecho necessariamente deve ser realizado por meio de Transporte Interno (ônibus).

15.58.2. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a manutenção do calçamento em poliedro, onde for necessário, limpeza das canaletas e bueiros. Substituir a estrutura da ponte de madeira tratada sobre o Rio Quebra Perna para possibilitar o transporte interno de visitantes;

15.59. Trilha das Furnas, com 500m em paralelepípedo, em formato circular e de curta distância, permite acesso ao Mirante, à Furna 1 e Furnas 2.

15.59.1. Por esta trilha chega-se ao Elevador.

15.59.2. Segundo o **PLANO DE MANEJO**, a capacidade referencial de carga efetiva da Trilha das Furnas, de acordo com a atual estrutura, é de 317,76 visitantes/dia.

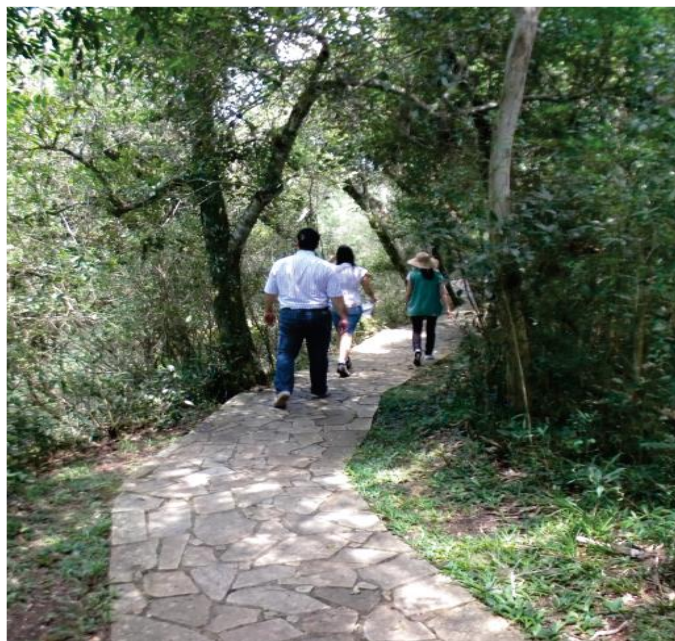
15.59.3. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a manutenção do calçamento, dos jardins e a limpeza das canaletas e bueiros.

15.60. Estrada de Acesso à Lagoa Dourada, com 3km em asfalto, partindo de Furnas.

15.60.1. Este trecho necessariamente deve ser realizado por meio de Transporte Interno (ônibus).

15.60.2. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a limpeza das canaletas, bueiros e roçadas nas margens da estrada.

15.61. Trilha da Lagoa Dourada, com 450m em calçamento, esta trilha tem como objetivo possibilitar o acesso à Lagoa para observação do ambiente e fauna aquática.



15.61.1. Conforme o **PLANO DE MANEJO**, a Trilha da Lagoa Dourada não deverá receber mais de 50 visitantes simultaneamente, sendo que a capacidade referencial de carga efetiva da Trilha da Lagoa Dourada, de acordo com a atual estrutura, é de 507 visitantes/dia.

15.61.2. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a manutenção do calçamento, roçada das margens e poda de árvores sobre a Trilha;

15.62. Trilha do Rio Quebra-Perna, sendo que, atualmente, não está sendo utilizada.

15.62.1. A **CONCESSIONÁRIA** poderá adequar a antiga estrada existente até a Cacheira do Rio Quebra-Perna para caminhada ou ciclismo, conforme autoriza o **PLANO DE MANEJO**, sem necessidade de autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**, observado o disposto no Capítulo **VIII** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

16. DA LIMPEZA E MANUTENÇÃO

16.1. A partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá manter adequadas as condições de salubridade e higiene, com a disponibilização de mão-de-obra, material e equipamentos durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

16.2. As infraestruturas deverão ser mantidas adequadamente de forma preventiva e corretiva, assim como os elementos estruturais, paredes, mobiliário, urbanização e paisagismo.

16.3. O fechamento de alguma infraestrutura ou Atrativo em decorrência de reparos deverá ser adequadamente justificado ao **PODER CONCEDENTE** e devidamente reparado.

16.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter todos os equipamentos e sistemas operacionais sempre em desempenho eficiente, sendo de sua responsabilidade a manutenção preventiva e corretiva dos mesmos.

16.5. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar a limpeza da área, rotineiramente, incluindo a limpeza das dependências das estruturas e dependências administrativas, alojamentos, espaços de apoio e áreas voltadas ao Uso Público, nas Zonas de Uso Intensivo e nas Zonas de Uso Extensivo.

Seção XV - Manutenção dos Acessos e Circulações no Estacionamento e Áreas Externas

16.6. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar o reparo e a manutenção de vias de acesso internas, e que cortam o Parque, com destaque para piso e drenagem, retirando pontos de alagamentos, atoleiros, enxurradas e priorizando adoção de técnicas de conservação de água e solo.

16.7. A manutenção dos Acessos e Circulações no Estacionamento e Áreas Externas será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** e deverá ser realizada durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

Seção XVI - Manutenção da Jardinagem nas Áreas Internas

16.8. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar, periodicamente, a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** e durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**, o aparo de gramas, capinagem, roçadas e jardinagens, especialmente na Zona de Uso Público, Zona de Uso Extensivo e Zona de Uso Especial.

Seção XVII - Instalações Elétricas

16.9. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter em pleno funcionamento a iluminação dentro de todas as edificações do Parque, assegurando o perfeito funcionamento de todos os Sistemas.

16.10. Caberá, a **CONCESSIONÁRIA**, realizar uma modernização completa na subseção elétrica e grupo gerador, nos equipamentos de iluminação, nos cabos e sistemas de iluminação das edificações, substituindo todos os elementos defeituosos ou com problema de funcionamento.

16.11. Todas as lâmpadas deverão ser substituídas por LED no decorrer da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**.

16.12. A manutenção das Instalações Elétricas será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** e deverá ser realizada durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

Seção XVIII - Captação, Distribuição e Armazenamento de Água

16.13. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar uma completa revisão e manutenção preventiva das Caixas d'Água elevada e semienterradas, seus encanamentos e conexões, verificando o estado de funcionamento dos equipamentos existentes no Parque.

16.14. A manutenção das Caixas d'Água, seus encanamentos e conexões será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** e deverá ser realizada durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

Seção XIX - Coleta de Resíduos Sólidos

16.15. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por todo o resíduo gerado no **PEVV**, oriundo da visitação ou por atividades administrativas e operacionais, a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, cuidando para uma política de mínimo impacto pelos Resíduos gerados, cabendo-lhe:

16.15.1. Adotar as melhores práticas de gestão de Resíduos Sólidos como a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva, a reciclagem, a logística reversa, o tratamento preliminar de Resíduos Sólidos e a preferência pela disposição final ambientalmente adequada desses Resíduos;

16.15.2. Realizar atividades de sensibilização interna junto aos seus Funcionários e Colaboradores no sentido de disseminar as boas práticas no cotidiano da **EQUIPE**;

16.15.3. Realizar coleta seletiva de Resíduos Sólidos, atentando para as Áreas de Uso Público, identificando locais para disposição dos Resíduos e sua correta destinação; e

16.15.4. Retirar Resíduos ou entulhos provenientes de eventuais obras do interior do Parque.

16.16. A partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** caberá, à **CONCESSIONÁRIA**:

16.16.1. Substituir as lixeiras existentes no Parque, adequando-as para lixeiras seletivas de acordo com a natureza do Resíduo;

16.16.2. Promover a coleta e retirada de Resíduos orgânicos na frequência necessária para evitar a proliferação de insetos e pragas;

16.16.3. Zelar pelo acondicionamento e retirada de Resíduos Sólidos e a correta destinação externa desses resíduos, de acordo com a sua natureza.

16.17. As lixeiras deverão ser alocadas em locais apropriados para a coleta do lixo, devendo ser laváveis, diariamente esvaziadas e limpas.

16.18. É vedada a colocação de lixeiras nas Trilhas para evitar o acesso de animais silvestres.

16.19. A **CONCESSIONÁRIA** deverá buscar soluções para evitar acesso de animais ao conteúdo das lixeiras.

16.20. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por todos os Resíduos Sólidos produzidos no Parque durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

16.20.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar o **Plano de Disposição de Resíduos Sólidos**, nos termos do item **23** do Capítulo **V** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

Seção XX - Sistema de Tratamento de Esgotos e Sistema de Drenagem das Águas Pluviais

16.21. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, a limpeza e manutenção dos Sistemas de Tratamento de Esgotos, dos coletores, caixas de passagem e Sistema de Drenagem com a retirada dos elementos sólidos não degradáveis.

16.22. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a manutenção, limpeza e desobstrução da Rede de Drenagem dos coletores de águas pluviais do **PEVV**.

16.23. A limpeza e a manutenção do Sistema de Tratamento de Esgotos e do Sistema de Drenagem das Águas Pluviais serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** e deverão ser realizadas durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

16.23.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar o **Projeto de Captação, Distribuição e Armazenamento de Águas das Chuvas** nos termos do item **21** e o **Projeto de Sistema de Tratamento de Esgoto**, nos termos do item **22** e, ambos do Capítulo **V** deste **CADERNO DE ENCARGOS**.

Seção XXXI - Manutenção de Equipamentos Especiais

16.24. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela manutenção dos equipamentos de apoio administrativo, apoio à pesquisa, visitação e uso público, a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** e durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**, devendo manter os equipamentos em boas condições de uso e reparando ou substituindo os que se fizerem necessários.

16.25. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a revisão completa dos 05 (cinco) ônibus utilizados no Transporte Interno, nos 02 (dois) tratores utilizados nas roçadas e combate incêndios, nas 02 (duas) caminhonetes, Toyota Bandeirantes, utilizadas nas ações de manutenção e manejo do Parque e no veículo todo terreno “polaris” ou, a seu critério, caso entenda mais viável economicamente, devolvê-los ao **PODER CONCEDENTE**, substituindo-os por outros que atendam a demanda de serviços objeto da **CONCESSÃO DE USO**.

16.25.1. Esses equipamentos deverão ser elencados no **INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS** da **CONCESSÃO DE USO** e deverão estar em perfeitas condições de uso e totalmente amortizados no final do prazo de vigência do **CONTRATO**.

CAPÍTULO V - DOS INVESTIMENTOS E ENCARGOS OBRIGATÓRIOS

17. DIRETRIZES GERAIS

17.1. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, realizar os investimentos e encargos obrigatórios mínimos previstos neste Capítulo, de acordo com as diretrizes gerais abaixo estabelecidas.

17.2. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**:

17.2.1. Realizar os projetos e, caso necessário, os estudos de impactos ambientais, observando o **PLANO DE MANEJO** do **PEVV**, submetendo-os ao **PODER CONCEDENTE** para aprovação, nos termos da Cláusula **11** do Capítulo **IV** do **CONTRATO**;

17.2.2. Obter as licenças, alvarás e autorizações que se fizerem necessárias, nos termos do **CONTRATO**;

17.2.3. Implantar e se adequar às Normas ABNT de Turismo de Aventura para as atividades a serem desenvolvidas no **PEVV**;

17.2.4. Construir com materiais ambientalmente sustentáveis, de acordo com o disposto neste Capítulo, bem como no **CONTRATO**;

17.2.5. Adquirir e instalar equipamentos e mobiliários necessários ao uso da infraestrutura e dos encargos;

17.2.6. Operar e manter as infraestruturas e os encargos ao longo de todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

17.3. Todas as instalações e equipamentos deverão respeitar a legislação e normas pertinentes, o **PLANO DE MANEJO** e Zoneamento do Parque e as normas de construção de mínimo impacto ambiental.

17.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar os projetos para aprovação prévia do **PODER CONCEDENTE**, salvo se já houver previsão expressa da implantação da estrutura ou atividade no **PLANO DE MANEJO**, observado o disposto no **CONTRATO**.

17.5. Caso entenda pela inviabilidade da implantação no prazo estipulado, a **CONCESSIONÁRIA** deverá justificar, junto ao **PODER CONCEDENTE**, apresentando nova data para a implantação da Infraestrutura.

17.6. Os investimentos previstos neste Capítulo não ensejarão recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, sendo de inteira responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**

18. READEQUAÇÃO DE INFRAESTRUTURA OBRIGATÓRIA NO PEVV

Seção I - Proposta para uso do Elevador

18.1. O Elevador encontra-se instalado no topo da Furna 1 e está desativado desde 2002, sendo que tinha por finalidade permitir, aos visitantes, o acesso à área inferior, situada a 50m abaixo, onde se tem um mirante flutuante sob o espelho d'água.

18.2. A edificação do elevador é feita em estrutura metálica e cobertura com telhas metálicas. Ressalta-se que a estrutura, atualmente, compromete a paisagem do Parque.

18.3. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de até 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do **CONTRATO**, implementar outro tipo de estrutura adequada para acesso dos usuários à visitação das Furnas.

18.3.1. Para tanto deverá apresentar projeto de uso, ao **PODER CONCEDENTE**, no mínimo, 06 (seis) meses antes do prazo previsto

neste Subitem, podendo prever, inclusive, a retirada do Elevador, caso seja ambientalmente possível de acordo com os estudos a serem realizados pela **CONCESSIONÁRIA**.

18.4. O PODER CONCEDENTE deverá analisar a proposta no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento.

18.5. Caso o PODER CONCEDENTE, justificadamente, entenda que o projeto não está em consonância com os objetivos do **PEVV**, nos termos do seu **PLANO DE MANEJO**, bem como com as normas e regulamentações pertinentes, deverá solicitar à **CONCESSIONÁRIA**, às suas expensas, a readequação do mesmo.



Seção II - Proposta para uso do Espaço Interativo, conhecido como Museu

18.6. O Espaço Interativo, conhecido como Museu, possui uma área de 3.419,32m², tendo sido construído para exposições, atividades culturais e estudos científicos.

18.6.1. Possui um Auditório com capacidade para 100 (cem) pessoas.

18.6.2. Esta área não está sendo utilizada atualmente.



18.7. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de até 3 (três) anos, contados da data da assinatura do **CONTRATO**, revitalizar o Espaço Interativo.

18.7.1. Para tanto deverá apresentar **Projeto de Uso**, ao **PODER CONCEDENTE**, no mínimo, 06 (seis) meses antes do prazo previsto neste Subitem.

18.7.2. O **Projeto de Uso** deverá levar em consideração a finalidade inicial da criação deste Espaço Interativo, destinando uma área para constituição de um Centro de Excelência em Geociências no **PEVV**.

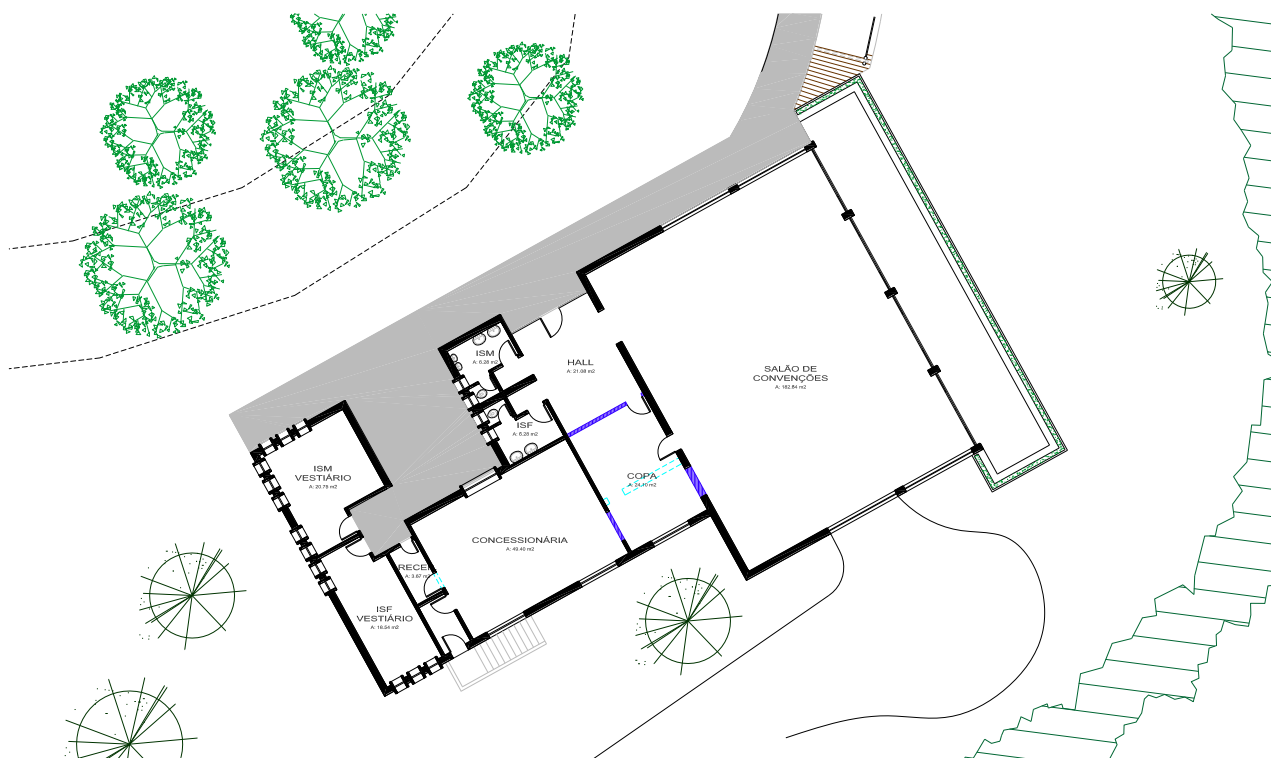
18.7.3. Esta área destinada ao Centro de Excelência em Geociências terá o apoio do **PODER CONCEDENTE** no tocante a exposição de acervos e a necessidade de cumprimento do acordo realizado no âmbito da Ação Popular sob nº 248/1978.

18.7.4. No **PEVV** há uma sala com acervo cedido pela Fundação João José Bigarella para Estudos e Conservação da Natureza – FUNABI, que poderá ser exposto em área destinada ao Centro de Excelência em Geociências.

18.8. O **PODER CONCEDENTE** deverá analisar a proposta no prazo de até 30 (trinta) dias de seu recebimento.

18.9. Caso o **PODER CONCEDENTE**, justificadamente, entenda que o projeto não está em consonância com os objetivos do **PEVV**, nos termos do seu **PLANO DE MANEJO**, bem como com as normas e regulamentações pertinentes, deverá solicitar à **CONCESSIONÁRIA**, às suas expensas, a readequação do mesmo.

Planta da Área do Espaço Interativo



19. DA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL

19.1. A **CONCESSIONÁRIA** será responsável pela Segurança no Parque a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** até a extinção da **CONCESSÃO DE USO**.

19.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá atuar na proteção e conservação do Patrimônio Natural, Histórico, Cultural e Arqueológico da **ÁREA DA CONCESSÃO**, desenvolvendo estratégias para a garantia da total integridade desse Patrimônio, utilizando meios tecnológicos e recursos humanos para que não ocorram danos ao longo do prazo da **CONCESSÃO DE USO**.

19.2. A proteção do Parque deverá ser conduzida por:

19.2.1. Vigilância preventiva, que deverá ser conciliada com o uso público e a fruição do ambiente pelos visitantes;

19.2.2. Pela fiscalização corretiva, com orientações de normas de conduta à comunidade do entorno e aos visitantes através da educação e interpretação ambiental e patrimonial;

19.2.3. Pelo monitoramento ambiental; e,

19.2.4. Pela recuperação das áreas degradadas.

19.3. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de até 06 (seis) meses contados do recebimento do **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO**, apresentar, ao **PODER CONCEDENTE**, um **Plano de Segurança Patrimonial**, observadas as diretrizes estabelecidas neste Capítulo, no **PLANO DE MANEJO** e na legislação e regulamentação pertinentes.

19.3.1. O **Plano de Segurança Patrimonial** deverá englobar ações envolvendo o **Sistema de Segurança Pessoal** e o **Sistema de Segurança Virtual**.

19.3.2. O **PODER CONCEDENTE** terá um prazo de até 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, para analisar o **Plano de Segurança Patrimonial** e emitir o seu parecer aprovando ou sugerindo modificações.

19.4. Após a sua implantação, pela **CONCESSIONÁRIA**, o **Plano de Segurança Patrimonial** deverá ser constantemente revisto pelas **PARTES** e adequado pela **CONCESSIONÁRIA** com o intuito de atender a sua plena efetividade.

Seção III - Das Diretrizes para Elaboração do Plano de Segurança Patrimonial

19.5. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** estabelecer o dimensionamento das Equipes de Segurança, bem como dos equipamentos de Vigilância Virtual necessários para garantir a efetiva segurança do **PEVV**.

19.6. A **CONCESSIONÁRIA** deverá garantir a vigilância em toda a **ÁREA DA CONCESSÃO**, bem como de todas as edificações, estruturas e Atrativos, cabendo-lhe:

19.6.1. Apoiar as autoridades competentes na fiscalização do cumprimento das leis ambientais e judiciais, bem como no apoio na apuração de denúncias realizadas pelos cidadãos, sem, entretanto, sobrepor a atribuição dessas autoridades, atuando no limite da legalidade;

19.6.2. Coibir qualquer ação, emissão de som ou ruído que causem danos ou afetem o sossego da fauna e o bem-estar dos visitantes do Parque;

19.6.3. Comunicar, imediatamente, ao **PODER CONCEDENTE**, os casos de danos ao Patrimônio Natural, Histórico, Cultural e Arqueológico, o flagrante de ocorrência de crimes ambientais, ou ainda qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;

19.6.4. Registrar e controlar, diariamente, as ocorrências no **PEVV** e manter Registro de todas as infrações, atividades suspeitas, descrição detalhada da ocorrência, localização e medidas tomadas no **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES**;

19.6.5. Manter afixado, em local visível no Parque, o número do telefone da delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, da Polícia Militar Ambiental, da Defesa Civil Municipal e Estadual, do Posto de Saúde ou do Hospital mais próximo, dentre outros que se fizer necessário.

Seção IV - Do Sistema de Vigilância Virtual

19.7. O **Plano de Vigilância Patrimonial** deverá dispor sobre a implantação do **Sistema de Vigilância Virtual**, possibilitando o monitoramento e acesso de imagens 24 (vinte e quatro) horas por dia, incluindo gravação, no mínimo, dos principais pontos e Atrativos do Parque.

19.8. A instalação do **Sistema de Vigilância Virtual** tem como objetivo principal a proteção e manutenção da integridade física do Parque, compreendido em todos seus componentes estruturais, contra atos de depredação, vandalismo, furto e outras condutas que possam acarretar prejuízos materiais contra os mesmos.

19.9. O **Sistema de Vigilância Virtual** deverá adotar as melhores técnicas e tecnologias disponíveis no mercado, sendo de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a sua atualização e ampliação sempre que se fizer necessário em decorrência de sua obsolescência ou ineficiência.

19.10. O **Sistema de Vigilância Virtual** deverá ser utilizado como ferramenta da proteção do Parque, elaboração de ações preventivas, além de servir como instrumento de suporte para as ações de proteção e fiscalização do **PODER CONCEDENTE** e dos outros órgãos competentes.

19.11. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, prever a instalação de uma Central de Visualização, Controle, Gravação e Reprodução de Imagens.

19.12. Esta Central de Visualização, Controle, Gravação e Reprodução de Imagens deverá ser implantada com Sistema capaz de garantir a operação

total dos vídeos gerados pelas Câmeras de Vigilância, devendo operar com no mínimo as seguintes funções:

19.12.1. Gravação total e simultânea dos vídeos de todas as Câmeras instaladas com armazenamento em Banco de Dados com cópias de segurança disponíveis, por um período de tempo igual a 07 (sete) dias;

19.12.2. Reprodução instantânea das imagens capturadas em todas as Câmeras instaladas;

19.12.3. Manipulação remota das Câmeras, incluindo foco e aproximação das imagens;

19.12.4. Indicação de localização das imagens através de mapeamento em tempo real;

19.12.5. Sistema de anotação e gravação digital de imagens de eventos suspeitos significativos associados a cada Câmera;

19.12.6. Funções de busca abrangendo pesquisas por data, hora e Câmera, busca por tempo pré-definido, pesquisa sobre combinações de eventos e Câmeras, reprodução de vídeos selecionados nas buscas;

19.12.7. Funções de vídeo inteligente abrangendo a detecção geral de movimento e detecção de presença de objeto estranho.

19.13. A **CONCESSIONÁRIA** deverá contar com Funcionários capacitados para garantir a operação contínua de todos os equipamentos do **Sistema de Vigilância Virtual**.

19.14. A **CONCESSIONÁRIA** deverá garantir a manutenção contínua dos equipamentos, devendo impreterivelmente manter a vigilância dentro dos parâmetros mínimos estabelecidos neste Capítulo.

19.15. Sempre que a **CONCESSIONÁRIA** verificar, por meio das Câmeras de Vigilância, a ocorrência de fato supostamente ilícito, ela deverá comunicar o ocorrido ao **PODER CONCEDENTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, e providenciar o armazenamento das imagens correspondentes até que o **PODER CONCEDENTE** autorize sua eliminação.

19.16. O **PODER CONCEDENTE** ou os órgãos de fiscalização ou, ainda, a polícia ambiental, poderão, a qualquer momento, solicitar acesso imediato às informações registradas pelo **Sistema de Vigilância Virtual**.

19.17. O projeto e mapeamento final de todos os pontos de localização das Câmeras de Vigilância deverão constar do **Plano de Segurança Patrimonial**, a ser submetido para análise e aprovação do **PODER CONCEDENTE**.

20. DA PREVENÇÃO E COMBATE DE INCÊNDIOS

20.1. Atualmente, no **PEVV**, o Plano de Contingência de Incêndios é acionado quando da ocorrência de incêndios acidentais ou criminosos.

20.2. A técnica mais adotada para controle dos focos de incêndio é o fogo contra fogo, devido à rapidez do avanço do fogo sobre a vegetação de folha fina (campos).

20.3. Os locais de maior incidência de focos de incêndio acidentais ocorrem a partir das margens da Rodovia BR-376 e das margens da ferrovia na porção sudoeste do Parque, próximo ao Atrativo Lagoa Dourada. Nestes locais devem ser intensificados os trabalhos de prevenção e monitoramento aos incêndios pela Equipe de Brigadistas.

20.4. O Projeto do Restauo dos Campos Nativos Utilizando a Técnica de Queima Prescrita, desenvolvido em parceria com a comunidade científica, visa a restauração e conservação de amostras de campos nativos, sendo que o **IAP** realiza o trabalho operacional e a Universidade monitora os resultados após a queima. Este Projeto está sendo desenvolvido somente nas áreas de campos (folhas finas).

20.5. Esta técnica utiliza a mesma estrutura do Plano de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais. A queima é aplicada uma vez por ano, no inverno, geralmente em 02 (dois) talhões, respeitando o tempo do ambiente e a fauna local.

20.6. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, em conjunto com os órgãos e entidades envolvidas, cumprir ações de monitoramento, prevenção e combate de incêndios na **ÁREA DA CONCESSÃO**, observando o disposto no **PLANO DE MANEJO**, na legislação e regulamentação pertinentes, bem como neste Capítulo.

20.7. Em todos os casos de ocorrência de focos de incêndios na **ÁREA DA CONCESSÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá agir de forma imediata para que a menor quantidade de área seja afetada pelo fogo.

20.8. A partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**, caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, executar medidas e ações buscando a prevenção e combate de incêndios no **PEVV**, por meio da elaboração do **Plano de**

Prevenção e Combate de Incêndios, devendo conter, ao menos, as seguintes informações:

20.8.1. Metodologia de combate a Incêndios a ser utilizada;

20.8.2. Cadastramento dos membros da Brigada Permanente e da Brigada Voluntária empregados nas atividades de combate à incêndios;

20.8.3. Relação de equipamentos utilizados para os combates diretos e indiretos;

20.8.4. Sistemas de alerta e alarme de incêndio;

20.8.5. Mapeamento das áreas de risco;

20.8.6. Localização dos Aceiros;

20.8.7. Ações de Capacitação e treinamento da Equipe de Brigadistas;

20.8.8. Ocorrências no Parque.

20.9. O **Plano de Prevenção e Combate de Incêndios** deverá ser encaminhado para o **PODER CONCEDENTE**, até 30 (trinta) dias do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** para análise e aprovação.

20.10. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, adequar, anualmente o **Plano de Prevenção e Combate de Incêndios**, para o ano subsequente, entregando-o, ao **PODER CONCEDENTE**, até o dia 30 de novembro de cada ano.

Seção V - Das Ações de Prevenções e Combate de Incêndios

20.11. As Ações de Prevenção e Combate de Incêndios no **PEVV** serão realizadas, atualmente, por meio das seguintes atividades:

20.11.1. Manutenção de Aceiros, localizados nas estradas internas e faixas de campos roçados, distribuídos de forma a facilitar o acesso de pessoal e equipamentos;

20.11.2. Constituição de Brigada Permanente composta pelos próprios funcionários que executam as atividades diárias de jardinagem, operadores de máquina costal e tratoristas devidamente treinados;

20.11.3. Constituição de Brigada Voluntária com membros da comunidade do entorno que irão auxiliar a Brigada Permanente no combate aos incêndios;

20.11.4. Manutenção de Equipamentos para combate aos incêndios que, atualmente, são constituídos por 02 (dois) tratores com carreta pipa e equipamentos de uso individual como abafadores, bombas costais e demais ferramentas.

Seção VI - Da Manutenção de Aceiros

20.12. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar a constante inspeção e manutenção de todos os Aceiros na **ÁREA DA CONCESSÃO**, garantindo a sua utilidade para prevenção de incêndios florestais.

20.12.1. Os aceiros são faixas livres de vegetação, onde o solo é exposto, podendo ser naturais (curso d'água e rocha), artificiais (estradas e trilhas) ou construídos em áreas críticas das Unidades de Conservação.

20.13. Os aceiros devem possuir, no mínimo, 03 (três) metros de largura, e em locais em que esta medida não for possível, devem cumprir a sua função de proteção contra incêndios.

20.14. A largura dessa faixa depende do tipo de material combustível, da localização em relação à configuração do terreno e das condições meteorológicas esperadas na época de ocorrência de incêndios.

Seção VII - Dos Equipamentos Mínimos de Combate a Incêndios

20.15. A **CONCESSIONÁRIA** deverá contar com, no mínimo, os equipamentos suficientes e necessários ao Combate de Incêndios na **ÁREA DA CONCESSÃO**, devendo mantê-los em bom estado de uso.

20.16. A **CONCESSIONÁRIA** deverá consertar ou repor os equipamentos quebrados ou que não sirvam mais para o fim a que se destinam.

20.17. A relação dos equipamentos deverá ser atualizada anualmente pela **CONCESSIONÁRIA** quando da adequação do **Plano de Prevenção e Combate de Incêndios**, a ser entregue ao **PODER CONCEDENTE**, conforme estabelecido no Subitem **20.10** acima.

20.18. Os equipamentos utilizados na Prevenção e Combate de Incêndios serão considerados **BENS REVERSÍVEIS** e deverão constar do **INVENTÁRIO DE BENS REVERSÍVEIS**.

20.19. Todas as motobombas deverão ser equipadas com mangueira de entrada de água original para coleta de água em cursos d'água ou lagoas e mangueiras e bicos, dentro da especificação técnica do equipamento, que atenda o combate a incêndios florestais.

20.20. Os operadores de motosserras deverão estar sempre equipados com todos os EPI's exigidos, assim como o curso de operador de motosserra em dia emitido por instituição reconhecida.

20.21. Todas as motosserras deverão estar cadastradas e licenciadas no setor de cadastros e registros da Subsecretaria de Fiscalização Ambiental da SEMAD.

20.22. Os equipamentos deverão estar de acordo com as exigências técnicas do Corpo de Bombeiros e serem suficientes para atender o **PEVV**.

Seção VIII - Do Relatório de Ocorrência de Incêndios

20.23. Após o controle e rescaldo de eventual incêndio no **PEVV**, o Gerente Geral deverá elaborar Relatório de Ocorrência de Incêndio, que deverá conter, pelo menos, informações fotográficas e georreferenciadas, conforme formulário e orientações fornecidas pelo **PODER CONCEDENTE**, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos do incidente.

20.24. O Relatório de Ocorrência de Incêndios deverá ser disponibilizado, ao **PODER CONCEDENTE**, por meio do **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES**.

21. CAPTAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO E ARMAZENAMENTO DE ÁGUAS

21.1. Atualmente o **PEVV** conta com 3 (três) poços artesianos.

21.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar, a partir do 12º (décimo segundo) mês, contados do **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO, Projeto de Captação, Distribuição e Armazenamento de Águas das Chuvas** para uso de higienização, com o objetivo de:

21.2.1. Readequar a captação de água potável e distribuição às estruturas;

21.1.2. Manter o Sistema de Captação, Distribuição e Armazenamento de Águas, analisando a potabilidade a cada 06 (seis) meses;

21.1.3. Divulgar o Sistema junto aos visitantes com o intuito de despertar a consciência para o uso sustentável dos recursos hídricos.

21.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar o **Projeto de Captação, Distribuição e Armazenamento de Águas das Chuvas** ao **PODER CONCEDENTE** para análise e considerações do **PODER CONCEDENTE**, que deverá se manifestar no prazo de até 30 (trinta) dias.

22. DO SISTEMA DE TRATAMENTO DE ESGOTOS

22.1. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** a adequada destinação dos esgotos e águas servidas no Parque, visando evitar o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas.

22.2. Ressalta-se que o Sistema de Tratamento de Esgoto do **PEVV** não comporta a demanda dos visitantes atuais.

22.3. Caberá à **CONCESSIONÁRIA**:

22.3.1. Readequar o Sistema de Tratamento de Esgoto no **PEVV** com o intuito de evitar a contaminação dos ambientes naturais;

22.3.2. Tratar águas oriundas da lavagem e manutenção de veículos e equipamentos e máquinas motorizadas.

22.4. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, no prazo de até 06 (seis) meses contados da data de assinatura do **CONTRATO**, elaborar **Projeto de Sistema de Tratamento de Esgoto** para o **PEVV**, apresentando-o, ao **PODER CONCEDENTE**, para análise e considerações.

22.5. O **PODER CONCEDENTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento, para emitir parecer sobre o **Projeto**, apresentando a sua aprovação ou sugestões de alteração.

22.6. O **Projeto de Sistema de Tratamento de Esgoto** deverá:

22.6.1. Ser elaborado de acordo com o disposto nas Normas Técnicas Brasileiras, observada a legislação e regulamentação pertinente, apresentando, ao **PODER CONCEDENTE**, o estudo do dimensionamento, observando, em especial a ABNT-NBR-7229;

22.6.2. Considerar as peculiaridades do Parque com o intuito de propor o método mais adequado ao ambiente.

23. DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

23.1. O **PEVV** possui, atualmente, coleta de Resíduos Sólidos realizada pelo Município que conta com Usina de Reciclagem de Resíduos Sólidos.

23.2. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO** e durante todo o prazo de vigência da **CONCESSÃO**

DE USO, toda a disposição de resíduos gerados no Parque, sejam eles oriundos da visitação ou por atividades administrativas e operacionais.

23.3. A CONCESSIONÁRIA deverá zelar por uma política de mínimo impacto, nos termos das Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010, que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, da Lei nº 19.261, de 07 de dezembro de 2017, que estabelece a Política de Resíduos Sólidos no Estado do Paraná e da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico ou aquelas que venham a alterá-las ou substituí-las.

23.4. A CONCESSIONÁRIA deverá observar, no mínimo e, obrigatoriamente, as seguintes medidas:

23.4.1. Adoção de boas práticas em relação à Gestão de Resíduos Sólidos como a não geração, redução, reutilização, coleta seletiva, reciclagem, logística reversa, tratamento preliminar dos Resíduos Sólidos e preferência pela disposição final ambientalmente adequada dos Resíduos;

23.4.2. Realização de triagem prévia de Resíduos Sólidos produzidos na Área de Administração e nos locais de Uso Público, identificando locais para disposição dos Resíduos conforme a Resolução CONAMA nº 275, de 25 de abril de 2001, ou aquela que venha substituir;

23.4.3. Garantia de disposição adequada de todo e qualquer entulho e Resíduos Sólidos encontrados no interior do Parque, bem como em suas estradas internas;

23.4.4. Planejamento das instalações e equipamentos de modo a não gerar chorumes e percolados, bem como de impedir o acesso da fauna aos Resíduos;

23.4.5. Instalação de conjuntos de lixeiras indicando a separação por tipo de lixo nas localidades, como Estacionamento, Centro de Visitantes, Centro de Apoio aos colaboradores do Parque, dentre outras estruturas;

23.4.6. Quantificação do lixo produzido pelos visitantes, colaboradores, prestadores de serviços, dentre outros;

23.4.7. Implantação de, pelo menos, 01 (um) depósito de Armazenamento Temporário de Resíduos Sólidos;

23.4.8. Proibição de fixar lixeiras ao longo das Trilhas, evitando acesso pela fauna.

23.5. A **EQUIPE** da **CONCESSIONÁRIA** deverá ser treinada para orientar os visitantes do Parque sobre a disposição adequada dos Resíduos, sendo que em todos os Atrativos deverá haver lixeiras adequadas e integradas com a paisagem.

23.6. Nas Trilhas é expressamente vedado o uso de lixeiras, sendo que os visitantes deverão ser orientados para trazer de volta o lixo eventualmente produzido durante as caminhadas.

Seção IX - Do Plano de Disposição de Resíduos Sólidos

23.7. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, a elaboração de **Plano de Disposição de Resíduos Sólidos**, no prazo de até 06 (seis) meses contados do recebimento do **TERMO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO**, em conformidade com a legislação vigente, considerando a disposição adequada de Resíduos de acordo com sua categoria e soluções tecnológicas.

24. DO PROJETO DE SINALIZAÇÃO

24.1. No prazo de até 06 (seis) meses contados do recebimento do **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO**, caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, elaborar **Projeto de Sinalização**, de acordo com as práticas internacionais e de forma condizente com a Sinalização existente em outras **UC**, apresentando-o, ao **PODER CONCEDENTE**, para análise e considerações.

24.2. O **PODER CONCEDENTE** terá o prazo de até 30 (trinta) dias para emitir suas considerações, aprovando ou emitindo sugestões para alteração do **Projeto de Sinalização**.

24.3. Para a elaboração do **Projeto de Sinalização**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá:

24.3.1. Identificar, ao longo das Trilhas e dos Atrativos, aspectos relevantes sobre o Parque;

24.3.2. Formular textos e ilustrações com as peculiaridades de cada Atrativo local.

24.4. As interpretações devem conter aspectos de geologia, fauna e flora e curiosidades do Parque.

24.5. A sinalização deverá ser escrita em linguagem clara a todos os níveis de entendimento.

24.6. O **Projeto de Sinalização** deverá prever número mínimo de placas com conteúdo indicativo, proibitivo e interpretativo necessários ao Parque.

24.7. As placas deverão ser produzidas em tamanhos, materiais e cores adequados à informação e fixada de forma a não impactar visualmente a paisagem.

CAPÍTULO VI - DA GESTÃO DE VISITAÇÃO

25. DO PLANEJAMENTO DA GESTÃO DA VISITAÇÃO

25.1. Será de atribuição da **CONCESSIONÁRIA** criar estratégias para adequação do direcionamento do fluxo dos visitantes, visando ordenar a visitação no Parque e nos Atrativos.

25.2. O incremento na visitação, a melhoria da qualidade dos serviços prestados aos visitantes, a manutenção contínua dos equipamentos e Atrativos e a Gestão de Visitação serão de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

25.3. O planejamento da Gestão de Visitação deverá estar de acordo com os objetivos de manejo do **PEVV**, além de buscar a excelência na qualidade dos serviços oferecidos aos visitantes principalmente no tocante a qualidade e variedade das experiências, segurança e conhecimentos.

25.4. O planejamento da Gestão da Visitação deverá considerar múltiplas formas de organização da visitação, tais como: visitação individual, visitação em grupos escolares, visitação em grupos familiares, visitação de pesquisadores, dentre outros.

25.5. A **CONCESSIONÁRIA** poderá explorar comercialmente, conforme sua criatividade empreendedora, as diversas formas de uso público, visitação e turismo no Parque, observado o disposto neste capítulo de Encargos, no **PLANO DE MANEJO**, bem como nas legislações e regulamentações pertinentes.

25.6. Todas as receitas advindas da exploração do uso público, visitação e turismo integrarão a **RECEITA OPERACIONAL BRUTA** da **CONCESSIONÁRIA**.

25.7. A **CONCESSIONÁRIA** deverá promover, no mínimo, 01 (uma) atividade em ambiente natural, prevendo o atendimento de pessoas portadoras de necessidades especiais, a fim de favorecer a inclusão social através da acessibilidade.

25.8. A CONCESSIONÁRIA deverá:

25.8.1. Respeitar a capacidade de suporte dos Atrativos, conforme estudos apresentados previamente pela **CONCESSIONÁRIA** ao **PODER CONCEDENTE**;

25.8.2. Considerar o Zoneamento do **PEVV**, os resultados de pesquisas científicas e o monitoramento dos impactos ambientais e dos fatores objetivos de risco como meios de restrições à visitação;

25.8.3. Promover a capacitação continuada da **EQUIPE** com relação as técnicas de manejo da visitação, monitoramento dos impactos ambientais, manutenção das Trilhas, técnica de mínimos impactos em áreas naturais, atendimento ao público, entre outras;

25.8.4. Considerar as potencialidades e vocações das comunidades do entorno no planejamento da Gestão da Visitação;

25.8.5. Oferecer estruturas de referência para orientação dos visitantes;

25.8.6. Estabelecer, quando necessário, um sistema de agendamento da visitação para evitar o excesso de visitantes em determinadas áreas;

25.8.7. Disponibilizar informações para os visitantes antes e durante a visita ao Parque para que os mesmos possam prevenir acidentes, minimizar os impactos ambientais e culturais e maximizar a qualidade de sua experiência.

26. DO SISTEMA DE REGISTRO DE VISITAÇÃO

26.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, até o 6º (sexto) mês, contados da data de assinatura do **CONTRATO**, obrigatoriamente, manter **Sistema de Registro de Visitação** no **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES**.

26.2. O **Sistema de Registro de Visitação** deverá ter as seguintes características:

26.2.1. Banco de Dados de Visitantes: em um servidor *online* deverá ser armazenado um Banco de Dados com o registro de todos os visitantes do Parque, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

26.2.1.1. Nome (em caso de grupos, quantas pessoas o acompanham);

26.2.1.2. Documento de Identificação;

26.2.1.3. Idade;

26.2.1.4. Sexo;

26.2.1.5. Origem (lista de classes);

26.2.1.6. Data da Visita.

26.2.2. Módulo de Entrada de Dados na Portaria ou no Centro de Visitantes: deverá permitir que o operador da Portaria ou Centro de Visitantes possa inserir os dados dos visitantes (ou do líder do grupo) de maneira ágil, com classes de informações e formulários pré-programados, para dar celeridade no preenchimento das informações;

26.2.3. Módulo de Consulta de Dados: deverá permitir a consulta no Banco de Dados, hospedado no servidor *online* a partir de critérios de seleção multivariados, possibilitando o cruzamento das diferentes variáveis das informações mínimas de registro;

26.2.4. Módulo de Geração de Estatísticas: deverá permitir a consolidação das consultas realizadas em formatos quantitativos, gerando informações de frequência, média e soma das variáveis;

26.2.5. Da Atualização do Servidor: um Banco de Dados hospedado em servidor *online* deverá ser atualizado diariamente com os dados oriundos do Parque. Esta atualização poderá ser de maneira automática ou realizada por **EQUIPE** da **CONCESSIONÁRIA**.

26.2.6. Da Disponibilidade das Informações: todos os registros atualizados diariamente deverão estar disponíveis para consulta do **PODER CONCEDENTE** a qualquer momento, no **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES**.

27. DO PROGRAMA DE PROMOÇÃO DA VISITAÇÃO NO PEVV

27.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar e operacionalizar, anualmente, um **Programa de Promoção da Visitação** no **PEVV**, a ser elaborado no prazo de até 06 (seis) meses contados do recebimento do **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO**.

27.2. Este **Programa** deverá estabelecer ações que promovam disseminação dos conhecimentos sobre o **PEVV** para o público em geral e *trade* turístico.

27.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá desenvolver, no mínimo, as atividades referentes ao **Programa de Promoção da Visitação** descritas abaixo:

Seção I - Do Projeto de Identidade Visual

27.4. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, a elaboração e execução de um **Projeto de Identidade Visual**, contemplando o uso das respectivas Logomarcas na uniformização da **EQUIPE**, na Sinalização Patrimonial, informativa e indicativa, bem como nos materiais e mídias promocionais, dentre outros.

27.5. As atividades referentes ao **Projeto de Identidade Visual** consistirão na exploração da marca e imagem do **PEVV**, observados os limites e condicionantes da legislação e regulamentação pertinentes.

27.6. O **Projeto de Identidade Visual** deverá constar do **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**, nos termos do **CONTRATO**.

27.7. Na execução dessa atividade, a **CONCESSIONÁRIA** poderá:

27.7.1. Comercializar produtos associados à marca do **PEVV**;

27.7.2. Comercializar direito do uso de marca, como o direito de filmagem e o uso de imagens em mídias diversas, considerando a legislação incidente e portarias normativas dos órgãos gestores, que tratam da captação e uso de imagem;

27.7.3. Outras atividades relacionadas ao uso da marca/imagem e patrocínios com capacidade de gerar valor para a **CONCESSÃO DE USO**.

27.8. Conforme previsto no **CONTRATO**, a logomarca do **PEVV** será considerada **BEM REVERSIVEL** e será de propriedade do **PODER CONCEDENTE** quando da extinção do **CONTRATO**.

27.9. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, explorá-la no prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

Seção II - Da Web Site

27.10. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, a produção e divulgação de *Web Site*, incluindo, no mínimo, em seu conteúdo, aspectos informativos:

27.10.1. Da visitação turística no **PEVV**;

27.10.2. Dos objetivos conservacionistas do **PEVV**;

27.10.3. Do seu **PLANO DE MANEJO**;

27.10.4. Das ações de educação ambiental;

27.10.5. Da programação de eventos;

27.10.6. Dentre outros.

27.11. O *Web Site* deverá:

27.11.1. Ser atualizado, no mínimo, mensalmente;

27.11.2. Contemplar, no mínimo, 03 (três) idiomas.

27.12. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**:

27.12.1. A elaboração e divulgação de informativo mensal, contemplando as ações de monitoramento, conservação, relacionamento e turismo, em meio digital e/ou impresso;

27.12.2. A elaboração de, no mínimo, 02 (dois) tipos de materiais informativos impressos ou virtuais bilíngues, por ano, em quantidade para atender, no mínimo, 30% (trinta por cento) do número de visitantes do Parque no ano interior.

28. DO PROGRAMA DE GESTÃO DA SEGURANÇA NO PEVV

28.1. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, elaborar e implantar **Programa de Gestão de Segurança** no **PEVV**, nos termos estabelecidos nas Normas Técnicas oficiais previstas no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que preveem os requisitos mínimos para a Gestão da Segurança, de informação aos visitantes e aos condutores de cada uma das atividades, observadas as seguintes diretrizes:

28.1.1. Identificar os riscos possíveis à segurança e à saúde dos visitantes e à proteção dos recursos do **PEVV**, colocando em prática normas a serem observadas e adotadas pelos visitantes e pela sua **EQUIPE**;

28.1.2. Implementar medidas de segurança, incluindo vigilância de áreas, instalação de placas de advertência e outras formas de prevenção, sempre quando necessário e condizente com os objetivos da área;

28.1.3. Assegurar a qualidade e condições dos equipamentos e infraestrutura disponíveis no Parque, tais como: Trilhas, sinalização, edificações, guarda-corpo, entre outras;

28.1.4. Estabelecer um cadastro de acidentes como forma de avaliar a causa do evento e implementar medidas preventivas;

28.1.5. Elaborar documento contendo todas as recomendações necessárias à segurança do visitante e que informe os riscos inerentes a cada local e atividade de visitação, podendo condicionar a prática desta atividade ao preenchimento e assinatura de um termo de conhecimento de riscos;

28.1.6. Informar as características das atividades permitidas no Parque, de forma que o visitante possa escolher aquela com a qual mais se identifica, de acordo com suas habilidades, experiência e equipamentos.

Seção III - Do Plano de Contingências

28.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá elaborar e implantar um **Plano de Contingências** para eventuais emergências e acidentes no Parque, descrevendo as estratégias de ação em casos de acidentes e incidentes, rotinas da **EQUIPE** e dos parceiros envolvidos, formatos de atendimento ao usuário e tempos mínimos de atendimento previstos.

28.3. Este **Plano de Contingências** deverá ser atualizado anualmente e apresentado ao **PODER CONCEDENTE** até o dia 30 de novembro de cada ano, ao longo do prazo de vigência da **CONCESSÃO DE USO**.

28.4. O **Programa de Gestão de Segurança** deverá ser implantado no prazo de até 06 (seis) meses contados do recebimento do **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO**.

CAPÍTULO VII - DA GESTÃO DO USO PÚBLICO

29. DO PROGRAMA DE GESTÃO DE USO PÚBLICO

29.1. Para a Gestão de Uso Público, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, no mínimo, elaborar **Programa de Gestão de Uso Público** com os seguintes tópicos:

29.1.1. Principais públicos-alvo no incremento da visitação e na geração de receitas;

29.1.2. Estratégias de incremento da visitação e previsões de aumento de receitas;

29.1.3. Propostas de implantação de novas atividades para os visitantes;

29.1.4. Proposta de manejo dos visitantes, apresentando plano de distribuição dos visitantes nos Atrativos.

29.2. O **Programa de Gestão do Uso Público** deverá ser implantado no prazo de até 06 (seis) meses contados do recebimento do **TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO**.

30. DO MONITORAMENTO AMBIENTAL DOS IMPACTOS DO USO PÚBLICO

30.1. O **Monitoramento Ambiental dos Impactos do Uso Público** tem por objetivo acompanhar e analisar as interações recíprocas geradas pelas atividades turísticas praticadas de forma que possam garantir a qualidade ambiental.

30.2. O **Programa de Monitoramento** deverá ser realizado, pela **CONCESSIONÁRIA**, periodicamente em todas as Trilhas do **PEVV**, a partir do início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**.

30.3. Caberá, a **CONCESSIONÁRIA**, apresentar Relatório Anual de Monitoramento Ambiental, até o dia 30 de novembro de cada ano, ao **PODER CONCEDENTE**, com os seguintes itens:

30.3.1. Métodos e técnicas de Monitoramento empregadas;

30.3.2. Definição dos pontos críticos a serem controlados nas Trilhas;

30.3.3. Análise da correlação dos dados de visitação com as condições naturais do ambiente visitado;

30.3.4. Identificação de indícios de influências antrópicas sobre o ambiente natural (atos de vandalismo, presença de lixo, surgimento de atalhos e outros indícios de impactos pontuais);

30.3.5. Comparação das análises realizadas com os períodos anteriores evidenciando a evolução do ambiente monitorado e a relação de intervenções e atividades de manejo necessárias para a sustentabilidade das áreas impactadas.

30.4. Além do Relatório, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar um Banco de Dados no **SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES** com todas as informações coletadas durante os trabalhos de campo.

30.4.1. Este Banco de Dados deverá ser organizado em forma de planilha e conter todas as informações coletadas em cada Trilha georreferenciadas.

30.5. Seguem sugestões de indicadores dos impactos dos visitantes junto às Trilhas a serem contemplados no **Programa de Monitoramento Ambiental do Uso Público**:

30.5.1. Largura das Trilhas;

30.5.2. Erosão nas Trilhas de piso em leito natural;

30.5.3. Sistema de Drenagem;

30.5.4. Registrar e avaliar o comportamento dos visitantes como, por exemplo:

30.5.4.1. Pisoteio fora das Trilhas;

30.5.4.2. Lixo encontrado ao longo das Trilhas e nos Atrativos;

30.5.4.3. Vandalismo (pichações, quebra de rochas, placas, dentre outros);

30.5.4.4. Pisoteio sobre as rochas (visitante fora da Trilha).

30.6. Os registros dos impactos deverão conter:

30.6.1. Fotos dos locais afetados;

30.6.2. Quantidade dos locais alterados;

30.6.3. Quantidade de lixo;

30.6.4. Medida da profundidade da erosão nas Trilhas;

30.6.5. Proposta de medidas de contenção dos impactos.

30.7. A **CONCESSIONÁRIA** deverá aplicar Matriz de Cálculo dos prováveis impactos negativos oriundos da prática das atividades turísticas, propondo medidas mitigadoras para os possíveis impactos negativos.

31. DO CONTROLE DE ESPÉCIES EXÓTICAS NA ÁREA CONCEDIDA

31.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá executar o controle de espécies exóticas, devendo estabelecer procedimentos com diretrizes voltadas à restauração de ecossistemas na **ÁREA CONCEDIDA**.

31.2. O **Programa de Controle de Espécies Exóticas** deverá reunir informações, mapas, diagnósticos, levantamentos e estudos que permitam a avaliação da degradação ou alteração e a consequente definição de medidas adequadas à restauração do ecossistema, com a justificativa e orientações técnicas, de acordo com as peculiaridades de cada área, devendo dar atenção especial à proteção e conservação do solo e dos recursos hídricos e, caso se façam necessárias, técnicas de controle da erosão deverão ser executadas.

31.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá realizar o controle das espécies exóticas e restauro dos Campos Nativos adotando as técnicas já estabelecidas pelo **PODER CONCEDENTE**, conforme descrito abaixo:

31.3.1. Realizar a queima prescrita na área selecionada;

31.3.2. Selecionar a área de Campo Nativo para coletar sementes através da roçada, no período de frutificação de várias espécies;

31.3.3. Espalhar o material roçado do Campo Nativo, a qual recebeu tratamento com fogo, na proporção de 01 hectare roçado para 10 hectares a recuperar;

31.3.4. Controlar manualmente a germinação das espécies exóticas e oportunistas;

31.4. Caberá, à **CONCESSIONÁRIA**, também, apoiar as atividades de recuperação dos Campos Nativos por meio das seguintes ações:

31.4.1. Apoiar o projeto de queima prescrita dos fragmentos selecionados anualmente de acordo com a indicação técnica;

31.4.2. Realizar controle das rebrotas das espécies oportunistas e da regeneração das espécies exóticas invasoras nas áreas de uso público (gramíneas e arbóreas);

31.4.3. Apoiar os pesquisadores no monitoramento das áreas visando registro de dados e reavaliação das técnicas de recuperação adotadas.

CAPÍTULO VIII - DA GESTÃO DE RELACIONAMENTO

32. DA GESTÃO DE RELACIONAMENTO COM A EQUIPE

32.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá promover a integração do conhecimento entre a **EQUIPE** do **PEVV**.

32.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá buscar ações de fortalecimento do relacionamento, incluindo atividades colaborativas e educativas, a fim de disseminar e multiplicar conhecimentos e melhores práticas relacionadas à conservação ambiental e preservação do Patrimônio Natural, Histórico, Cultural e Arqueológico do Parque.

32.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá participar de iniciativas que visam a criação e a implantação de roteiros e produtos turísticos integrados que envolvam a visitação no Parque e também em outros atrativos da região, em consonância à Política de Regionalização do Turismo.

33. DA GESTÃO DE RELACIONAMENTO COM O CONSELHO CONSULTIVO

33.1. Será de atribuição da **CONCESSIONÁRIA** incentivar a discussão relativa à **CONCESSÃO DE USO** no âmbito do Conselho Consultivo do Parque.

33.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá participar, quando convocada, das reuniões do Conselho Consultivo do **PEVV**, a fim de prestar esclarecimentos.

34. DA GESTÃO DE RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE DE ENTORNO

34.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá buscar ações de valorização da comunidade do entorno do **PEVV**, apoiando e fomentando parcerias relacionada ao objeto da **CONCESSÃO DE USO**, bem como por meio da utilização de mão-de-obra local e de produtos locais.

34.2. A **CONCESSIONÁRIA** deverá promover e fortalecer a participação dos atores interessados no planejamento e gestão da visitação, incluindo a comunidade local, entidades representativas de atividades recreativas, operadores de turismo, associações locais, dentre outros.

34.3. Será de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA** promover iniciativas que encorajem o entendimento mútuo, o respeito e a sensibilidade cultural entre a comunidade local, os visitantes e os gestores.

34.4. Caberá, à CONCESSIONÁRIA:

34.4.1. Apoiar ou promover a realização de, no mínimo, 03 (três) eventos por ano que promovam a cultura local, a cidadania, a saúde e/ou o bem-estar às comunidades de entorno do Parque;

34.4.2. Estimular a manutenção das tradições e práticas culturais da comunidade que estejam em harmonia com os objetivos de manejo do Parque.

35. COM O USUÁRIO

35.1. A **CONCESSIONÁRIA** deverá manter um **Serviço de Atendimento às Reclamações e Sugestões do Usuário**, observadas, no mínimo, as seguintes diretrizes:

35.1.1. Ter funcionamento eletrônico através de atendimento telefônico e outros meios digitais disponíveis;

35.1.2. Todas as reclamações e sugestões deverão ser registradas em Banco de Dados, com acesso ao **PODER CONCEDENTE**;

35.1.3. Deverá ser elaborado Relatório com as informações relativas aos atendimentos realizados, além das medidas tomadas;

35.1.4. Funcionamento do **Serviço**, impreterivelmente, durante todo o horário comercial do **PEVV**.

35.2. O atendimento deverá, também, contar com sistema automatizado de verificação da satisfação do usuário ao final da visita no Parque.

35.3. O **Serviço de Atendimento às Reclamações e Sugestões do Usuário** deverá ser implantado já no início da **ETAPA DE TRANSIÇÃO**.

36. DO PROGRAMA PARQUE ESCOLA

36.1. O **Programa Parque Escola** tem o intuito de promover ações articuladas no âmbito da educação ambiental formal, com os princípios da sustentabilidade e da conservação da biodiversidade, objetivando a otimização do uso ambientalmente equilibrado das **UNIDADES DE CONSERVAÇÕES ESTADUAIS**.

36.2. Em sua **EQUIPE**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá ter educadores, preferencialmente formados em Biologia, para atender os estudantes da Rede Pública de ensino do Estado do Paraná, nos dias de semana.

36.3. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, ainda, providenciar todas as condições necessárias para o adequado trabalho dos educadores que acompanharão os estudantes da rede pública de ensino.

36.4. O **Programa Parque Escola** deverá estar pronto para entrar em funcionamento já na **ETAPA DE TRANSIÇÃO**.

CAPÍTULO IX - DAS RESTRIÇÕES NO PEVV

37. DAS RESTRIÇÕES

37.1. As atividades geradoras de receita comercial e de atendimento a demandas de visitantes deverão considerar as restrições e limites impostos pela legislação vigente e pelo **PLANO DE MANEJO**, observando, no mínimo, o disposto abaixo:

37.1.1. É proibido fabricar, vender, transportar ou soltar balões que possam provocar incêndio na vegetação;

37.1.2. É proibido lançar quaisquer produtos ou substâncias químicas, resíduos líquidos ou sólidos de qualquer espécie, nocivas a vida animal e vegetal em geral, nos cursos d'água do parque, bem como no solo e no ar;

37.1.3. Portar arma de caça, ou qualquer tipo de armadilha para captura de animal, bem como perseguir, apanhar, coletar, aprisionar, manter em cativeiro, transportar e matar qualquer espécie de animal no Parque, salvo com autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**, em especial, quando do controle de espécies exóticas invasoras ou em situações extraordinárias em que espécies invasoras venham oferecer risco aos elementos bióticos ou aos usuários;

37.1.4. É proibido usar equipamentos sonoros, fogos de artifícios ou quaisquer outros equipamentos que possam produzir ruído;

37.1.5. É proibido depredar, entalhar e desgalar as espécies arbóreas mantidas nas diversas áreas do Parque;

37.1.6. É proibido jogar restos alimentares ou qualquer outra forma de resíduos, inclusive orgânicos, no interior do Parque;

37.1.7. É proibido fazer fogo, por qualquer modo, em florestas e/ou qualquer tipo de vegetação existente no Parque, salvo quando do manejo

via fogo controlado, situação esta a ser conduzida e/ou orientada pelo **PODER CONCEDENTE**;

37.1.8. É proibido o aproveitamento de recursos naturais (extração de plantas ou minerais);

37.1.9. É proibida a entrada, criação e a permanência de animais domésticos, salvo no caso de cães guias, cães utilizados pela segurança ou cavalos a serem utilizados no monitoramento, controle ou segurança da **UC**;

37.1.10. É proibida a intervenção em quaisquer formas de sítios arqueológicos e formações areníticas.

37.2. Tanto a **EQUIPE** da **CONCESSIONÁRIA**, quanto os pesquisadores e usuários do **PEVV** deverão tomar conhecimento das normas de conduta do Parque, bem como requerer instruções específicas quanto aos procedimentos de proteção e segurança.

37.3. Todos os resíduos gerados deverão ser levados pelos usuários e depositados nas lixeiras que serão específicas para resíduos orgânicos e inorgânicos.

CAPÍTULO X - IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS

38. CRITÉRIOS DE IMPLANTAÇÃO DE NOVAS ESTRUTURAS

38.1. Para inovação e ampliação da infraestrutura no **PEVV**, novos negócios e/ou estruturas poderão ser propostos, pela **CONCESSIONÁRIA**, ao **PODER CONCEDENTE**.

38.2. A proposta de implantação de novos negócios e/ou estruturas deverá ser elaborada considerando a paisagem natural, cultural, histórica e arqueológica, principalmente no que tange à capacidade de carga das Trilhas e Atrativos, devendo, ainda, utilizar como referência as Normas Brasileiras específicas.

38.3. Sempre que for implementada, alterada ou ampliada uma estrutura existente ou uma Trilha, deverá ser solicitada autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**, observado o disposto no **CONTRATO**, mediante apresentação, pela **CONCESSIONÁRIA**, dos elementos constantes da Seção I abaixo.

38.4. Para a implantação de estruturas e/ou negócios já previstos no **PLANO DE MANEJO** não será necessária a autorização prévia, cabendo, à

CONCESSIONÁRIA, encaminhar os elementos previstos abaixo ao **PODER CONCEDENTE** para conhecimento.

Seção I - Elementos necessários para implantação de novas estruturas

38.5. Quando a **CONCESSIONÁRIA** realizar a proposição de implantação de novas estruturas e/ou novos negócios, deverá realizar estudos e pesquisas prévias tendo como referências principais a legislação ambiental vigente, o **PLANO DE MANEJO** do Parque, os Zoneamentos definidos e usos permitidos, pesquisas de demanda de visitação e padrões de estruturas ou níveis de negócios pertinentes ao contexto dos Parques Estaduais.

38.6. A proposta deverá conter todas as informações necessárias à avaliação do **PODER CONCEDENTE**, bem como, no mínimo, os seguintes itens:

38.6.1. Justificativas de implantação;

38.6.2. Cenários jurídico, econômico, social e grau de aplicabilidade da proposta;

38.6.3. Impactos econômicos, ambientais, sociais, de visibilidade e atratividade;

38.6.4. Capacidade de atendimento e manutenção dos níveis de qualidade exigidos para qualidade do produto;

38.6.5. Matriz de indicadores de desempenho e formas de monitoramento dos mesmos relativos à execução das intervenções práticas de sustentabilidade, mitigação de impactos ambientais, dentre outros;

38.6.6. *Layout* do Projeto;

38.6.7. Projeto Executivo, caso necessário.

38.7. Toda construção que envolva instalações hidrossanitárias deverão prever a existência de fossas secas ou Sistemas de Tratamentos próprios.

38.8. Todas as construções deverão prever projeto de eficiência energética.

38.9. Todos os projetos deverão seguir estritamente uma padronização de linguagem visual e arquitetônica de maneira a garantir a unidade de linguagem e padrão construtivo em toda a **ÁREA DA CONCESSÃO**.

38.10. Deverá ser dada preferência aos projetos que busquem a utilização de materiais e processos construtivos sustentáveis, sendo desejável o uso de materiais certificados com essa qualificação.

38.11. Todos os projetos deverão ter a anuência do **PODER CONCEDENTE** e aprovação pelo órgão emissor de licenciamento ambiental do Estado.

38.12. Na implantação de novas estruturas, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, obrigatoriamente, contemplar a aplicação da legislação brasileira vigente e as Normas Técnicas – NBR ABNT de acessibilidade, provendo condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, de espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

38.13. A **CONCESSIONÁRIA** deverá, obrigatoriamente, fornecer estrutura para exploração de Serviços de Alimentação, nos termos deste **CADERNO DE ENCARGOS** e do **CONTRATO**.

38.14. Será exigido, no mínimo, a implantação de uma Lanchonete e/ou Restaurante, conforme previsto no **PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL**.

38.15. A **CONCESSIONÁRIA** poderá propor outros tipos de estruturas para fornecimento de alimentação aos usuários, bem como implementar espaço para a venda de produtos orgânicos regionais.

39. DAS DIRETRIZES PARA A CRIAÇÃO DE NOVOS ATRATIVOS

39.1. Existem, aproximadamente, 30 (trinta) atividades diferentes que podem ser realizadas no Brasil, de acordo com a Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura (ABETA), que podem gerar fontes de receitas comerciais para o parceiro privado e melhorar a qualidade da experiência dos usuários.

39.2. Novos potenciais de uso deverão estar compatíveis com a conservação e manejo do Parque, devendo, no mínimo:

39.2.1. Fornecer alternativas de recreação e interpretação do ambiente;

39.2.2. Enriquecer as experiências de caráter ambiental dos visitantes, de acordo com as aptidões e potencialidades dos recursos específicos da área;

39.2.3. Proporcionar oportunidades diversificadas de recreação em ambiente natural e também naqueles que apresentam aspectos Históricos e Culturais relevantes;

39.2.4. Promover a integração com a natureza, vivências familiares e a

valorização da contemplação;

39.2.5. Buscar a valorização e geração de oportunidades locais.

39.3. As seguintes diretrizes devem nortear a escolha de atividades a serem aprimoradas, ampliadas e/ou implantadas no **PEVV**:

Seção II - Caminhadas

39.4. Também chamadas de *Hiking*, consistem na realização de percurso a pé, em ambientes naturais com pouca infraestrutura, com diferentes graus de dificuldade. Podem durar desde uma hora até um dia inteiro, mas o praticante deverá retornar ao seu local de origem para pernoitar.

39.5. Caminhadas de Longo Curso, também denominadas de *Trekking* e Travessia, excedem o limite de um dia de viagem. O praticante pernoitará em locais ao longo da trilha, como acampamentos, pousadas, entre outros.

39.6. A **CONCESSIONÁRIA** poderá:

39.6.1. Considerar a abertura de novas Trilhas, bem como a utilização, quando possível, de Trilhas e caminhos já existentes para outros fins, como circulação da **EQUIPE** ou Aceiros, caso em que deverá solicitar autorização prévia ao **PODER CONCEDENTE**;

39.6.2. Considerar as diferentes modalidades e categorias de caminhadas existentes (percursos de um dia, percursos com pernoite, entre outros);

39.6.3. Analisar a possibilidade de implantação de abrigos ou áreas de acampamento para dar suporte às travessias e caminhadas com possibilidade de pernoite;

39.6.4. Elaborar projetos específicos para a construção ou recuperação das trilhas e estrutura-las de acordo com seus objetivos, observando os seguintes aspectos: **(i)** mínimo impacto sobre os recursos naturais; **(ii)** recursos disponíveis; **(iii)** demanda dos visitantes; e, **(iv)** critérios para manutenção;

39.6.5. Sinalizar e estruturar as trilhas de forma que os visitantes sejam induzidos a continuar no traçado e, desta forma, evitar abrir atalhos e desvios que aumentam o impacto na área.

39.7. As seguintes atividades abaixo poderão ser implementadas ou ampliadas pela **CONCESSIONÁRIA**, sem necessidade de autorização do **PODER CONCEDENTE**, desde que não implique na abertura de novas trilhas e novas estruturas, uma vez que nesses casos a autorização será imprescindível.

39.8. As sugestões de aprimoramento e desenvolvimento de caminhadas no **PEVV** incluem as listadas abaixo, não se limitando a essas:

39.8.1. Caminhada Arenitos: Atividade já desenvolvida, devendo ser continuada e aprimorada;

39.8.2. Caminhada Furnas: Atividade já desenvolvida, devendo ser continuada e aprimorada;

39.8.3. Caminhada Lagoa Dourada: Atividade já desenvolvida, devendo ser continuada e aprimorada;

39.8.4. Caminhada Fortaleza: Atividade já desenvolvida, devendo ser continuada e aprimorada. O Atrativo está localizado em Zona Primitiva e por isso não será permitida a instalação de infraestrutura e equipamentos ao longo da Trilha utilizada para caminhada;

39.8.5. Caminhada Noturna em Noite de Lua Cheia e Nova: Atividade já desenvolvida, podendo ser continuada e aprimorada.

39.9. Para a continuidade ou ampliação das atividades acima mencionadas, não será necessária a autorização do **PODER CONCEDENTE**.

39.10. Outros roteiros de caminhada poderão ser propostos pela **CONCESSIONÁRIA**, desde que com autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**, se implicar na abertura de novas Trilhas.

Seção III - Fotografia na Natureza

39.11. Trata-se de atividade que tem como objetivo fotografar o ambiente natural, podendo ser realizada em grupos de fotógrafos, amadores ou profissionais.

39.12. Para a implantação dessa atividade não será necessária a autorização do **PODER CONCEDENTE**.

Seção IV - Arvorismo

39.13. A **CONCESSIONÁRIA** poderá implementar equipamentos adequados para a prática do Arvorismo, em local apropriado e de baixo impacto visual.

39.14. O **PLANO DE MANEJO** prevê a prática de Arvorismo no núcleo Furnas.

39.14.1. Para a implantação da atividade nessa área não há necessidade de autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**.

39.14.2 Para a implantação dessa atividade em outra área, será necessária a autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**.

Seção V - Campo de Desafios

39.15. A **CONCESSIONÁRIA** poderá implantar conjunto de equipamentos que permitam a realização de diversas atividades físicas pelo visitante, para recreação e o estímulo à prática de esportes em vários níveis de dificuldade, permitindo a integração do mesmo com o meio ambiente.

39.16. A atividade se dá através de circuitos em copas de árvores ou em estruturas montadas em troncos de eucaliptos, conforme autoriza o **PLANO DE MANEJO**. Os movimentos podem variar de uma simples escada de cordas, até movimentos mais complexos como tirolesas, pontes, rapel, falsas baianas, entre outras.

39.17. O Campo de Desafios é composto por um conjunto de equipamentos que permitem a realização de diversas atividades físicas pelo visitante, que visam a recreação e o estímulo à prática de esportes radicais em vários níveis de dificuldade e permitem a integração do mesmo com o meio ambiente onde é praticado.

39.18. Os equipamentos são dispostos em forma de circuito, a uma altura média de 2m do solo para crianças e 4m do solo para adultos, com obstáculos que testam o equilíbrio e a autoconfiança dos visitantes participantes do Campo de Desafios. Os obstáculos podem ser: ponte pênsil, redes de cordas, tirolesas, escada Crusoé, meia cana, parede de escalada, trava Vitória, estribos alinhados e trilhas elevadas.

39.19. O **PLANO DE MANEJO** autoriza a construção do Campo de Desafios na região de entorno da Lagoa Dourada e, nesse caso, não há necessidade de autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**.

39.20. Caberá à **CONCESSIONÁRIA** elaborar o projeto do equipamento, estabelecendo com clareza os critérios de operação, segurança e controles de acesso, uma vez que a sua utilização será cobrada.

39.21. Deverá contar com os equipamentos necessários e o pessoal para orientar as atividades, bem como a construção, manutenção e segurança desta área.

39.22. A capacidade de carga para o atrativo dependerá da área física total a ser construída, a qual ficará a cargo da **CONCESSIONÁRIA** estipulá-la para uso turístico no local.

39.23. Para a implantação dessa atividade em outro local, será necessária a autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**.

Seção VI - Observações da Vida Selvagem

39.24. Prática de observar uma área natural, contemplando-a, ou especificamente algum ou alguns de seus elementos como as aves e os mamíferos. Subdivide-se em observação de aves (*birdwatching* ou *birding*); observação de paisagens (*landscape watching*) e safari fotográfico.

39.25. Esta atividade já existe no **PEVV**, destacando-se a observação de andorinhões na área das Furnas.

39.26. Sugere-se a continuidade, aprimoramento e ampliação da atividade de Observação de Aves, inclusive com a inclusão de novas áreas.

39.26.1. Para a implantação dessa atividade não será necessária autorização do **PODER CONCEDENTE**.

Seção VII - Cicloturismo e *Mountain Bike*

39.27. A **CONCESSIONÁRIA** deverá avaliar a viabilidade de adequação de Cicloturismo e *Mountain Bike* no **PEVV**.

39.27.1. A **CONCESSIONÁRIA** poderá ofertar atividades e passeios autoguiados de *Mountain Bike* mediante cadastramento prévio e controle dos praticantes.

39.28. Para o desenvolvimento dessa atividade, a **CONCESSIONÁRIA** deverá observar, no mínimo, as seguintes diretrizes:

39.28.1. Avaliar as trilhas existentes quanto à sua adequabilidade para a prática do ciclismo e *Mountain Bike*, levando em consideração as condições de segurança e condições ambientais como a proximidade de áreas sensíveis e suscetíveis à erosão;

39.28.2. Elaborar projeto de viabilidade, estudo de capacidade de carga e definir o número de monitores/instrutores;

39.28.3. Providenciar a implantação de bicicletário e oficina;

39.28.4. Avaliar a compatibilidade do Ciclismo e *Mountain Bike* com outros usos da trilha, tais como: caminhantes, tráfego de veículos motorizados;

39.28.5. Definir estratégias de divulgação de informações sobre segurança e conduta consciente, incluindo mapa das trilhas abertas ao Ciclismo e *Mountain Bike*;

39.28.6. Realizar o monitoramento constante das condições ambientais e de segurança das trilhas, destacando-se a sinalização e o surgimento de processos erosivos;

39.28.7. Tomar conhecimento e adotar, sempre que possível, as orientações e Códigos de Ética desenvolvidos pelas organizações representativas de ciclismo e outros especialistas.

39.29. Essa atividade poderá ser executada no roteiro já com calçamento, onde percorrem os veículos de serviços, sem necessidade de autorização do **PODER CONCEDENTE**, bem como nos aceiros e em trilhas de terra já consolidadas.

39.29.1. A **CONCESSIONÁRIA** poderá ofertar atividades e passeios autoguiados de *Mountain Bike* mediante cadastramento prévio e controle dos praticantes.

39.30. Caso queira implementar o Cicloturismo e o *Mountain Bike* em outros roteiros, será necessária a autorização do **PODER CONCEDENTE**.

Seção VIII - Acampamento e/ou Glamping

39.31. A **CONCESSIONÁRIA** poderá avaliar a viabilidade da adequação do *Camping* no **PEVV**, bem como a implantação de *Glamping*, observando, no mínimo, as seguintes diretrizes:

39.31.1. Identificar os locais para acampamento, considerando aspectos como travessias, pontos de pernoite, distância de mananciais de água, dentre outros;

39.31.2. Designar áreas específicas, preferencialmente impactadas e/ou resistentes, para os locais de acampamento. Os locais para a armação da barraca deverão ser previamente demarcados;

39.31.3. Dispor de lixeiras reclináveis em 02 (dois) tipos: orgânicos e inorgânicos;

39.31.4. Informar aos visitantes quais as áreas onde é permitido o acampamento e quais as facilidades disponíveis;

39.31.5. Informar aos visitantes a respeito de regras e condutas de mínimo impacto que deverão ser adotadas durante o acampamento;

39.31.6. Apresentar, ao **PODER CONCEDENTE**, minuta das normas e regulamentos para a ocupação e usos temporários dos espaços no *Camping* e no *Glamping*.

39.32. Para a implantação dessa atividade será necessária a autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**.

Seção IX - Balonismo Estacionário

39.33. A **CONCESSIONÁRIA** poderá explorar atividade de Balonismo Estacionário.

39.34. Esta atividade fica permitida na **ÁREA CONCEDIDA** em distância que impeça dano às formações areníticas. Tal atividade não configura sobrevoos ao **PEVV**, ação somente permitida em caráter excepcional e com autorização prévia do **PODER CONCEDENTE**.

39.35. O Balonismo Estacionário poderá ser oferecido aos usuários como atração paralela ou como parte de pacote de atrações.

39.36. Ao ofertar esta atividade deve a **CONCESSIONÁRIA** observar os mais estritos padrões mundiais técnicos e de segurança.

APÊNDICE I – TABELA DOS PRAZOS

CONCESSIONÁRIA	PRAZO	PODER CONCEDENTE	PRAZO
Proposição do PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL	Até 30 dias da assinatura do CONTRATO	Manifestação sobre o PLANO DE TRANSIÇÃO OPERACIONAL	15 dias
Constituição da EQUIPE MÍNIMA	Até 30 dias da assinatura do CONTRATO		
Operacionalização do Sistema de venda de Ingressos de entrada e dos Atrativos do PEVV	Até 30 dias da assinatura do CONTRATO		
ETAPA DE TRANSIÇÃO	31º ao 91º dias da assinatura do CONTRATO	ETAPA DE TRANSIÇÃO	31º ao 91º dias da assinatura do CONTRATO
Assunção do PEVV por meio de TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	92º dias da assinatura do CONTRATO		
Da Manutenção das Edificações e Estruturas Existentes	Até 06 meses da assinatura do CONTRATO		
Da Limpeza e Manutenção	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Manutenção dos Acessos e Circulações no Estacionamento e Áreas Externas	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Manutenção da Jardinagem nas Áreas Internas	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Manutenção das Instalações Elétricas	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Captação, Distribuição e Armazenamento de Água	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Coleta de Resíduos Sólidos	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		

Limpeza e Manutenção do Sistema de Tratamento de Esgotos e Sistema de drenagem de Águas Pluviais	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Manutenção de Equipamentos Especiais	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Proposta para outra Estrutura Adequada para Acesso dos Usuários à Visitação das Furnas	Até 04 anos contados da assinatura do CONTRATO	Análise da proposta	30 dias
Início da implantação da Proposta para outra Estrutura Adequada para Acesso dos Usuários à Visitação das Furnas	Até 05 anos contados da assinatura do CONTRATO		
Proposta para a Área do Espaço Interativo	Até 02 anos contados da assinatura do CONTRATO	Análise da proposta	30 dias
Início da implantação da proposta para a Área do Espaço Interativo	Até 03 anos contados da assinatura do CONTRATO		
Elaboração do Plano de Segurança Patrimonial	Até 06 meses contados do TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Análise e considerações	30 dias
Elaboração do Plano de Prevenção e Combate de Incêndios	30 dias do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO	Análise e considerações	30 dias
Adequação do Plano de Prevenção e combate de Incêndios	Anualmente	Análise e considerações	30 dias
Elaboração de Projeto de Captação, Distribuição e Armazenamento de Águas das Chuvas	A partir do 12º mês contado do TERMO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO	Análise e considerações	30 dias
Elaboração do Plano de Distribuição de Resíduos Sólidos	Até 06 meses do recebimento do TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Análise e considerações	30 dias

Elaboração de Projeto de Sistema de Tratamento de Esgoto	Até 06 meses contados do recebimento do TERMO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO	Análise e considerações	30 dias
Elaboração do Projeto de Sinalização	Até 06 meses do recebimento do TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO	Análise e considerações	30 dias
Implantação do Programa de Gestão de Uso Público	Até 06 meses do recebimento do TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO		
Implantação do Programa de Gestão de Segurança	Até 06 meses do recebimento do TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO		
Implantação do Plano de Contingências	Até 06 meses contados de recebimento do TERMO DE INÍCIO DE OPERAÇÃO		
Implantação do Sistema de Registro de Visitação	Até o 6º mês contados da data de assinatura do CONTRATO		
Monitoramento Ambiental do Uso Público	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Serviço de Atendimento às Reclamações e Sugestões do Usuário	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Elaboração e operacionalização do Programa de Promoção da Visitação	Até 06 meses do recebimento do TERMO DE INÍCIO DA OPERAÇÃO		
Realização de, no mínimo, 03 eventos por ano que promovam a	Anual		

cultura local, a cidadania, a saúde e/ou o bem estar às comunidades de entorno do Parque			
Programa Parque Escola	A partir do início da ETAPA DE TRANSIÇÃO		
Utilização da Logomarca do PEVV	120 dias após a aprovação do PODER CONCEDENTE		

APÊNDICE 2 – MEMORIAL DESCRITIVO DA ÁREA DA CONCESSÃO

A **ÁREA DA CONCESSÃO** será de **987.74 ha**, composta pela Área I, Área II e Área III abaixo especificadas.

ÁREA I

IMÓVEL:	Parque Estadual da Vila Velha - Área I
MUNICÍPIO:	Ponta Grossa
ÁREA:	579.21 ha
PERÍMETRO:	14250.05 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **'P103'**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS , MC – 51° W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 603289.852 m e N= 7208751.480 m, situado no limite com Parque Vila Velha; deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de 96°37'27" e distância de 501.12 m até o vértice **'P102'** (E=603787.629 m e N=7208693.674 m); deste segue com azimuth de 129°56'46" e distância de 335.12 m até o vértice **'P101'** (E=604044.547 m e N=7208478.505 m); deste segue com azimuth de 213°41'24" e distância de 69.47 m até o vértice **'P100'** (E=604006.009 m e N=7208420.699 m); deste segue com azimuth de 234°24'45" e distância de 430.44 m até o vértice **'P99'** (E=603655.959 m e N=7208170.204 m); deste segue com azimuth de 266°41'53" e distância de 669.10 m até o vértice **'P98'** (E=602987.973 m e N=7208131.666 m); deste segue com azimuth de 249°04'32" e distância de 467.60 m até o vértice **'P97'** (E=602551.213 m e N=7207964.670 m); deste segue com azimuth de 145°41'06" e distância de 489.92 m até o vértice **'P96'** (E=602827.400 m e N=7207560.024 m); deste segue com azimuth de 186°16'16" e distância de 294.00 m até o vértice **'P95'** (E=602795.285 m e N=7207267.781 m); deste segue com azimuth de 258°41'24" e distância de 425.76 m até o vértice **'P94'** (E=602377.794 m e N=7207184.282 m); deste segue com azimuth de 243°00'03" e distância de 947.93 m até o vértice **'P93'** (E=601533.177 m e N=7206753.945 m); deste segue com azimuth de 238°39'48" e distância de 845.99 m até o vértice **'P92'** (E=600810.596 m e N=7206313.974 m); deste segue com azimuth de 266°16'07" e distância

de 740.21 m até o vértice '**P91**' (E=600071.958 m e N=7206265.802 m); deste segue com azimute de 308°03'42" e distância de 432.36 m até o vértice '**P90**' (E=599731.542 m e N=7206532.354 m); deste segue com azimute de 293°01'12" e distância de 836.57 m até o vértice '**R5**' (E=598961.586 m e N=7206859.496 m); deste segue confrontando com Rio Guabiroba com azimute de 255°06'47" e distância de 11.60 m até o vértice '**R-758**' (E=598950.376 m e N=7206856.516 m); deste segue com azimute de 239°25'15" e distância de 14.82 m até o vértice '**R-759**' (E=598937.616 m e N=7206848.976 m); deste segue com azimute de 260°04'26" e distância de 11.37 m até o vértice '**R-760**' (E=598926.416 m e N=7206847.016 m); deste segue com azimute de 230°01'06" e distância de 13.34 m até o vértice '**R-761**' (E=598916.196 m e N=7206838.446 m); deste segue com azimute de 212°52'31" e distância de 6.63 m até o vértice '**R-762**' (E=598912.596 m e N=7206832.876 m); deste segue com azimute de 213°59'36" e distância de 7.33 m até o vértice '**R-763**' (E=598908.496 m e N=7206826.796 m); deste segue com azimute de 253°08'14" e distância de 15.44 m até o vértice '**R-764**' (E=598893.716 m e N=7206822.316 m); deste segue com azimute de 270°24'42" e distância de 26.45 m até o vértice '**R-765**' (E=598867.266 m e N=7206822.506 m); deste segue com azimute de 275°16'01" e distância de 17.87 m até o vértice '**R-766**' (E=598849.476 m e N=7206824.146 m); deste segue com azimute de 258°48'24" e distância de 20.25 m até o vértice '**R-767**' (E=598829.616 m e N=7206820.216 m); deste segue com azimute de 253°54'22" e distância de 14.32 m até o vértice '**R-768**' (E=598815.856 m e N=7206816.246 m); deste segue com azimute de 267°19'58" e distância de 9.67 m até o vértice '**R-769**' (E=598806.196 m e N=7206815.796 m); deste segue com azimute de 310°43'20" e distância de 13.37 m até o vértice '**R-770**' (E=598796.066 m e N=7206824.516 m); deste segue com azimute de 304°57'29" e distância de 17.92 m até o vértice '**R-771**' (E=598781.376 m e N=7206834.786 m); deste segue com azimute de 318°43'34" e distância de 18.39 m até o vértice '**R-772**' (E=598769.246 m e N=7206848.606 m); deste segue com azimute de 323°29'09" e distância de 25.44 m até o vértice '**R-773**' (E=598754.106 m e N=7206869.056 m); deste segue com azimute de 298°11'52" e distância de 20.72 m até o vértice '**R-774**' (E=598735.846 m e N=7206878.846 m); deste segue com azimute de 276°53'07" e distância de 22.52 m até o vértice '**R-775**' (E=598713.486 m e N=7206881.546 m); deste segue com azimute de 278°08'40" e distância de 11.29 m até o vértice '**R-776**' (E=598702.306 m e N=7206883.146 m); deste segue com azimute de 270°23'23" e distância de 13.23 m até o vértice '**R-777**' (E=598689.076 m e N=7206883.236 m); deste segue com azimute de 245°56'17" e distância de 12.29 m até o vértice '**R-778**' (E=598677.856 m e N=7206878.226 m); deste segue com

azimute de 233°59'25" e distância de 11.99 m até o vértice '**R-779**' (E=598668.156 m e N=7206871.176 m); deste segue com azimute de 217°47'47" e distância de 10.88 m até o vértice '**R-780**' (E=598661.486 m e N=7206862.576 m); deste segue com azimute de 225°18'27" e distância de 7.91 m até o vértice '**R-781**' (E=598655.866 m e N=7206857.016 m); deste segue com azimute de 264°58'29" e distância de 10.73 m até o vértice '**R-782**' (E=598645.176 m e N=7206856.076 m); deste segue com azimute de 279°20'49" e distância de 9.79 m até o vértice '**R-783**' (E=598635.516 m e N=7206857.666 m); deste segue com azimute de 280°17'15" e distância de 32.53 m até o vértice '**R-784**' (E=598603.506 m e N=7206863.476 m); deste segue com azimute de 290°22'20" e distância de 17.87 m até o vértice '**R-785**' (E=598586.756 m e N=7206869.696 m); deste segue com azimute de 301°49'28" e distância de 10.73 m até o vértice '**R-786**' (E=598577.636 m e N=7206875.356 m); deste segue com azimute de 328°39'16" e distância de 20.34 m até o vértice '**R-787**' (E=598567.056 m e N=7206892.726 m); deste segue com azimute de 355°55'58" e distância de 6.63 m até o vértice '**R-788**' (E=598566.586 m e N=7206899.336 m); deste segue com azimute de 349°30'58" e distância de 10.88 m até o vértice '**R-789**' (E=598564.606 m e N=7206910.036 m); deste segue com azimute de 15°37'10" e distância de 5.79 m até o vértice '**R-790**' (E=598566.166 m e N=7206915.616 m); deste segue com azimute de 353°12'31" e distância de 16.41 m até o vértice '**R-791**' (E=598564.226 m e N=7206931.906 m); deste segue com azimute de 295°00'05" e distância de 13.44 m até o vértice '**R-792**' (E=598552.046 m e N=7206937.586 m); deste segue com azimute de 285°49'00" e distância de 15.30 m até o vértice '**R-793**' (E=598537.326 m e N=7206941.756 m); deste segue com azimute de 294°36'50" e distância de 11.16 m até o vértice '**R-794**' (E=598527.176 m e N=7206946.406 m); deste segue com azimute de 321°16'19" e distância de 10.49 m até o vértice '**R-795**' (E=598520.616 m e N=7206954.586 m); deste segue com azimute de 356°41'44" e distância de 8.15 m até o vértice '**R-796**' (E=598520.146 m e N=7206962.726 m); deste segue com azimute de 354°25'40" e distância de 14.83 m até o vértice '**R-797**' (E=598518.706 m e N=7206977.486 m); deste segue com azimute de 3°42'15" e distância de 8.67 m até o vértice '**R-798**' (E=598519.266 m e N=7206986.136 m); deste segue com azimute de 9°04'30" e distância de 13.38 m até o vértice '**R-799**' (E=598521.376 m e N=7206999.346 m); deste segue com azimute de 332°16'43" e distância de 8.64 m até o vértice '**R-800**' (E=598517.356 m e N=7207006.996 m); deste segue com azimute de 278°56'27" e distância de 10.30 m até o vértice '**R-801**' (E=598507.186 m e N=7207008.596 m); deste segue com azimute de 278°33'30" e distância de 7.19 m até o vértice '**R-802**' (E=598500.076 m e N=7207009.666 m); deste segue com azimute de

258°11'39" e distância de 10.87 m até o vértice **'P118'** (E=598489.438 m e N=7207007.442 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de 321°37'03" e distância de 560.24 m até o vértice **'P117'** (E=598141.580 m e N=7207446.603 m); deste segue com azimuth de 56°38'01" e distância de 157.66 m até o vértice **'P116'** (E=598273.250 m e N=7207533.313 m); deste segue com azimuth de 109°12'46" e distância de 224.46 m até o vértice **'P65'** (E=598485.207 m e N=7207459.449 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha - Área 2 com azimuth de 78°06'25" e distância de 413.18 m até o vértice **'P66'** (E=598889.515 m e N=7207544.599 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de 72°05'44" e distância de 614.23 m até o vértice **'P113'** (E=599474.002 m e N=7207733.434 m); deste segue com azimuth de 81°08'07" e distância de 495.99 m até o vértice **'P112'** (E=599964.073 m e N=7207809.867 m); deste segue com azimuth de 65°28'20" e distância de 509.03 m até o vértice **'P82'** (E=600427.167 m e N=7208021.181 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha - Área 2 com azimuth de 93°02'41" e distância de 423.23 m até o vértice **'P83'** (E=600849.797 m e N=7207998.701 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de 86°12'40" e distância de 680.39 m até o vértice **'P88'** (E=601528.701 m e N=7208043.662 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha - Área 2 com azimuth de 86°39'00" e distância de 351.92 m até o vértice **'P37'** (E=601880.016 m e N=7208064.225 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de 93°30'13" e distância de 157.66 m até o vértice **'P107'** (E=602037.378 m e N=7208054.591 m); deste segue com azimuth de 71°55'26" e distância de 486.46 m até o vértice **'P106'** (E=602499.830 m e N=7208205.530 m); deste segue com azimuth de 69°44'37" e distância de 575.10 m até o vértice **'P105'** (E=603039.357 m e N=7208404.641 m); deste segue com azimuth de 11°26'28" e distância de 275.23 m até o vértice **'P104'** (E=603093.952 m e N=7208674.405 m); deste segue com azimuth de 68°31'24" e distância de 210.52 m até o vértice **'P103'** (E=603289.852 m e N=7208751.480 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 579.21 ha.

ÁREA II

IMÓVEL: Parque Estadual da Vila Velha - Área 2
MUNICÍPIO: Ponta Grossa
ÁREA: 281.26 ha
PERÍMETRO: 19730.07 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado **'P47'**, georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS , MC – 51° W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 601500.359 m e N= 7210027.236 m, situado no limite com Parque Vila Velha; deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimute de 172°45'47" e distância de 53.09 m até o vértice **'P46'** (E=601507.047 m e N=7209974.570 m); deste segue com azimute de 136°21'50" e distância de 49.67 m até o vértice **'P45'** (E=601541.321 m e N=7209938.623 m); deste segue com azimute de 80°59'07" e distância de 27.52 m até o vértice **'P44'** (E=601568.503 m e N=7209942.936 m); deste segue com azimute de 190°18'17" e distância de 107.72 m até o vértice **'P43'** (E=601549.234 m e N=7209836.957 m); deste segue com azimute de 267°37'26" e distância de 774.63 m até o vértice **'P42'** (E=600775.270 m e N=7209804.842 m); deste segue com azimute de 173°58'28" e distância de 581.28 m até o vértice **'P41'** (E=600836.288 m e N=7209226.778 m); deste segue com azimute de 110°44'46" e distância de 226.65 m até o vértice **'P40'** (E=601048.245 m e N=7209146.491 m); deste segue com azimute de 105°44'31" e distância de 497.16 m até o vértice **'P39'** (E=601526.754 m e N=7209011.609 m); deste segue com azimute de 152°09'09" e distância de 577.50 m até o vértice **'P38'** (E=601796.518 m e N=7208500.985 m); deste segue com azimute de 169°10'37" e distância de 444.67 m até o vértice **'P37'** (E=601880.016 m e N=7208064.225 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha - Área I com azimute de 266°39'00" e distância de 351.92 m até o vértice **'P88'** (E=601528.701 m e N=7208043.662 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimute de 350°38'23" e distância de 414.66 m até o vértice **'P87'** (E=601461.261 m e N=7208452.803 m); deste segue com azimute de 348°12'24" e distância de 417.96 m até o vértice **'P86'** (E=601375.835 m e N=7208861.944 m); deste segue com azimute de 278°54'54" e distância de 464.21 m até o vértice **'P85'** (E=600917.237 m e N=7208933.881 m); deste segue com azimute de 173°07'06" e distância de 525.33 m até o vértice **'P84'** (E=600980.182 m e N=7208412.339 m); deste segue com azimute de 197°29'45" e distância de 433.70 m até o vértice **'P83'** (E=600849.797 m e N=7207998.701 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha - Área I com azimute de 273°02'41" e distância de 423.23 m até o vértice **'P82'** (E=600427.167 m e N=7208021.181 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimute de 17°47'46" e distância de 617.26 m até o vértice **'P81'** (E=600615.822 m e N=7208608.906 m); deste segue com azimute de 351°15'14" e distância de 463.63 m até o vértice **'P80'** (E=600545.323 m

e N=7209067.145 m); deste segue com azimuth de $0^{\circ}57'17''$ e distância de 528.81 m até o vértice '**P79**' (E=600554.136 m e N=7209595.881 m); deste segue com azimuth de $322^{\circ}25'53''$ e distância de 289.06 m até o vértice '**P78**' (E=600377.890 m e N=7209825.000 m); deste segue com azimuth de $274^{\circ}58'11''$ e distância de 203.45 m até o vértice '**P77**' (E=600175.208 m e N=7209842.625 m); deste segue com azimuth de $274^{\circ}23'55''$ e distância de 459.59 m até o vértice '**P76**' (E=599716.970 m e N=7209877.874 m); deste segue com azimuth de $171^{\circ}15'14''$ e distância de 231.81 m até o vértice '**P75**' (E=599752.219 m e N=7209648.755 m); deste segue com azimuth de $210^{\circ}45'46''$ e distância de 430.72 m até o vértice '**P74**' (E=599531.912 m e N=7209278.639 m); deste segue com azimuth de $237^{\circ}01'50''$ e distância de 388.64 m até o vértice '**P73**' (E=599205.858 m e N=7209067.145 m); deste segue com azimuth de $279^{\circ}27'44''$ e distância de 428.82 m até o vértice '**P72**' (E=598782.868 m e N=7209137.643 m); deste segue com azimuth de $222^{\circ}49'31''$ e distância de 492.62 m até o vértice '**P71**' (E=598448.002 m e N=7208776.340 m); deste segue com azimuth de $239^{\circ}44'48''$ e distância de 472.61 m até o vértice '**P70**' (E=598039.760 m e N=7208538.228 m); deste segue com azimuth de $118^{\circ}36'38''$ e distância de 338.01 m até o vértice '**P69**' (E=598336.500 m e N=7208376.370 m); deste segue com azimuth de $132^{\circ}05'21''$ e distância de 375.63 m até o vértice '**P68**' (E=598615.255 m e N=7208124.591 m); deste segue com azimuth de $171^{\circ}30'40''$ e distância de 304.57 m até o vértice '**P67**' (E=598660.216 m e N=7207823.355 m); deste segue com azimuth de $140^{\circ}33'36''$ e distância de 360.95 m até o vértice '**P66**' (E=598889.515 m e N=7207544.599 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha - Área I com azimuth de $258^{\circ}06'25''$ e distância de 413.18 m até o vértice '**P65**' (E=598485.207 m e N=7207459.449 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de $338^{\circ}21'20''$ e distância de 217.67 m até o vértice '**P64**' (E=598404.920 m e N=7207661.772 m); deste segue com azimuth de $346^{\circ}18'15''$ e distância de 393.35 m até o vértice '**P63**' (E=598311.788 m e N=7208043.937 m); deste segue com azimuth de $303^{\circ}19'35''$ e distância de 280.58 m até o vértice '**P62**' (E=598077.350 m e N=7208198.088 m); deste segue com azimuth de $312^{\circ}21'27''$ e distância de 591.05 m até o vértice '**P61**' (E=597640.590 m e N=7208596.310 m); deste segue com azimuth de $56^{\circ}36'41''$ e distância de 338.47 m até o vértice '**P13**' (E=597923.200 m e N=7208782.575 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha - Área 3 com azimuth de $49^{\circ}52'12''$ e distância de 284.30 m até o vértice '**P14**' (E=598140.570 m e N=7208965.813 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de $43^{\circ}29'05''$ e distância de 429.34 m até o vértice '**P58**' (E=598436.026 m e N=7209277.325 m); deste segue com azimuth de $29^{\circ}32'20''$ e distância de 221.48 m até o vértice '**P57**' (E=598545.216

m e N=7209470.014 m); deste segue com azimuth de 77°03'43" e distância de 243.84 m até o vértice '**P56**' (E=598782.865 m e N=7209524.609 m); deste segue com azimuth de 99°56'26" e distância de 316.26 m até o vértice '**P55**' (E=599094.377 m e N=7209470.014 m); deste segue com azimuth de 61°39'16" e distância de 277.32 m até o vértice '**P54**' (E=599338.449 m e N=7209601.684 m); deste segue com azimuth de 17°21'14" e distância de 323.00 m até o vértice '**P53**' (E=599434.793 m e N=7209909.985 m); deste segue com azimuth de 326°09'36" e distância de 340.25 m até o vértice '**P52**' (E=599245.316 m e N=7210192.594 m); deste segue com azimuth de 58°34'14" e distância de 135.49 m até o vértice '**P51**' (E=599360.929 m e N=7210263.247 m); deste segue com azimuth de 109°52'01" e distância de 406.35 m até o vértice '**P50**' (E=599743.094 m e N=7210125.154 m); deste segue com azimuth de 94°57'33" e distância de 943.18 m até o vértice '**P49**' (E=600682.745 m e N=7210043.622 m); deste segue com azimuth de 91°42'10" e distância de 606.51 m até o vértice '**P48**' (E=601288.992 m e N=7210025.598 m); deste segue com azimuth de 89°33'21" e distância de 211.37 m até o vértice '**P47**' (E=601500.359 m e N=7210027.236 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 281.26 ha.

ÁREA 3

IMÓVEL: Parque Estadual da Vila Velha - Área 3
MUNICÍPIO: Ponta Grossa
ÁREA: 127.27 ha
PERÍMETRO: 10987.67 m

DESCRIÇÃO

Inicia-se no vértice denominado '**P25**', georreferenciado no Sistema Geodésico Brasileiro, DATUM – SIRGAS , MC – 51° W, coordenadas Plano Retangulares Relativas, Sistema UTM: E= 596660.633 m e N= 7210143.780 m, situado no limite com Parque Vila Velha; deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de 121°32'39" e distância de 271.85 m até o vértice '**P24**' (E=596892.318 m e N=7210001.558 m); deste segue com azimuth de 219°22'10" e distância de 231.45 m até o vértice '**P23**' (E=596745.508 m e N=7209822.633 m); deste segue com azimuth de 270°00'00" e distância de 220.22 m até o vértice '**P22**' (E=596525.292 m e N=7209822.633 m); deste segue com

azimute de 318°00'46" e distância de 246.89 m até o vértice **'P21'** (E=596360.131 m e N=7210006.146 m); deste segue com azimute de 234°41'20" e distância de 67.47 m até o vértice **'P20'** (E=596305.077 m e N=7209967.149 m); deste segue com azimute de 140°22'16" e distância de 190.62 m até o vértice **'P19'** (E=596426.654 m e N=7209820.339 m); deste segue com azimute de 130°24'50" e distância de 304.30 m até o vértice **'P18'** (E=596658.339 m e N=7209623.063 m); deste segue com azimute de 133°15'51" e distância de 267.76 m até o vértice **'P17'** (E=596853.321 m e N=7209439.550 m); deste segue com azimute de 101°31'25" e distância de 241.13 m até o vértice **'P16'** (E=597089.594 m e N=7209391.378 m); deste segue com azimute de 102°37'34" e distância de 639.31 m até o vértice **'P15'** (E=597713.445 m e N=7209251.634 m); deste segue com azimute de 123°47'22" e distância de 513.94 m até o vértice **'P14'** (E=598140.570 m e N=7208965.813 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha - Área 2 com azimute de 229°52'12" e distância de 284.30 m até o vértice **'P13'** (E=597923.200 m e N=7208782.575 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimute de 297°38'46" e distância de 228.40 m até o vértice **'P12'** (E=597720.877 m e N=7208888.554 m); deste segue com azimute de 299°03'17" e distância de 363.71 m até o vértice **'P11'** (E=597402.942 m e N=7209065.185 m); deste segue com azimute de 292°34'46" e distância de 351.29 m até o vértice **'P10'** (E=597078.583 m e N=7209200.066 m); deste segue com azimute de 271°03'04" e distância de 350.11 m até o vértice **'P09'** (E=596728.533 m e N=7209206.489 m); deste segue com azimute de 315°30'58" e distância de 252.07 m até o vértice **'P08'** (E=596551.902 m e N=7209386.332 m); deste segue com azimute de 322°17'39" e distância de 572.34 m até o vértice **'P07'** (E=596201.851 m e N=7209839.149 m); deste segue com azimute de 196°35'17" e distância de 634.76 m até o vértice **'P06'** (E=596020.633 m e N=7209230.805 m); deste segue com azimute de 195°18'03" e distância de 504.18 m até o vértice **'P05'** (E=595887.586 m e N=7208744.496 m); deste segue com azimute de 179°41'31" e distância de 426.67 m até o vértice **'P04'** (E=595889.880 m e N=7208317.830 m); deste segue com azimute de 187°24'53" e distância de 337.73 m até o vértice **'P03'** (E=595846.296 m e N=7207982.919 m); deste segue com azimute de 217°16'41" e distância de 146.58 m até o vértice **'P02'** (E=595757.512 m e N=7207866.281 m); deste segue confrontando com Rio Guabiroba com azimute de 290°03'50" e distância de 2.50 m até o vértice **'R-237'** (E=595755.160 m e N=7207867.140 m); deste segue com azimute de 301°55'30" e distância de 34.04 m até o vértice **'R-238'** (E=595726.270 m e N=7207885.140 m); deste segue com azimute de 307°55'38" e distância de 25.04 m até o vértice **'R-239'** (E=595706.520 m e N=7207900.530 m); deste segue com azimute de 285°28'17" e distância de 27.40 m até o vértice **'R-240'** (E=595680.110 m e N=7207907.840 m); deste segue com azimute de 308°14'36" e distância de 11.60 m até o vértice **'R-241'** (E=595671.000 m e N=7207915.020 m);

deste segue com azimute de 286°33'32" e distância de 16.42 m até o vértice '**R-242**' (E=595655.260 m e N=7207919.700 m); deste segue com azimute de 272°09'01" e distância de 16.79 m até o vértice '**R-243**' (E=595638.480 m e N=7207920.330 m); deste segue com azimute de 268°27'43" e distância de 15.28 m até o vértice '**R-244**' (E=595623.210 m e N=7207919.920 m); deste segue com azimute de 267°33'07" e distância de 20.37 m até o vértice '**R-245**' (E=595602.860 m e N=7207919.050 m); deste segue com azimute de 263°54'26" e distância de 22.52 m até o vértice '**R-246**' (E=595580.470 m e N=7207916.660 m); deste segue com azimute de 263°40'10" e distância de 26.12 m até o vértice '**R-247**' (E=595554.510 m e N=7207913.780 m); deste segue com azimute de 261°44'23" e distância de 23.67 m até o vértice '**R-248**' (E=595531.090 m e N=7207910.380 m); deste segue com azimute de 234°21'23" e distância de 13.83 m até o vértice '**R-249**' (E=595519.850 m e N=7207902.320 m); deste segue com azimute de 259°53'23" e distância de 13.96 m até o vértice '**R-250**' (E=595506.110 m e N=7207899.870 m); deste segue com azimute de 279°11'42" e distância de 6.70 m até o vértice '**R-251**' (E=595499.500 m e N=7207900.940 m); deste segue com azimute de 294°48'51" e distância de 12.30 m até o vértice '**R-252**' (E=595488.340 m e N=7207906.100 m); deste segue com azimute de 298°59'26" e distância de 19.13 m até o vértice '**R-253**' (E=595471.610 m e N=7207915.370 m); deste segue com azimute de 307°13'07" e distância de 10.18 m até o vértice '**R-254**' (E=595463.500 m e N=7207921.530 m); deste segue com azimute de 284°54'29" e distância de 14.19 m até o vértice '**R-255**' (E=595449.790 m e N=7207925.180 m); deste segue com azimute de 270°13'52" e distância de 19.84 m até o vértice '**R-256**' (E=595429.950 m e N=7207925.260 m); deste segue com azimute de 294°52'45" e distância de 17.33 m até o vértice '**R-257**' (E=595414.230 m e N=7207932.550 m); deste segue com azimute de 270°23'51" e distância de 3.76 m até o vértice '**P36**' (E=595410.470 m e N=7207932.576 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimute de 337°00'41" e distância de 64.65 m até o vértice '**P35**' (E=595385.220 m e N=7207992.095 m); deste segue com azimute de 355°05'00" e distância de 214.12 m até o vértice '**P34**' (E=595366.869 m e N=7208205.428 m); deste segue com azimute de 39°23'16" e distância de 281.96 m até o vértice '**P33**' (E=595545.794 m e N=7208423.349 m); deste segue com azimute de 16°12'48" e distância de 336.84 m até o vértice '**P32**' (E=595639.844 m e N=7208746.790 m); deste segue com azimute de 23°21'03" e distância de 567.17 m até o vértice '**P31**' (E=595864.647 m e N=7209267.507 m); deste segue com azimute de 331°00'40" e distância de 194.06 m até o vértice '**P30**' (E=595770.597 m e N=7209437.257 m); deste segue com azimute de 29°09'25" e distância de 249.54 m até o vértice '**P29**' (E=595892.174 m e N=7209655.178 m); deste segue com azimute de 34°53'27" e distância de 425.09 m até o vértice '**P28**' (E=596135.328 m e N=7210003.852 m); deste segue com azimute de 47°27'57" e distância de 14.30 m até o

vértice '**P27**' (E=596145.867 m e N=7210013.521 m); deste segue confrontando com IAPAR com azimuth de 126°33'18" e distância de 18.60 m até o vértice '**R-356**' (E=596160.810 m e N=7210002.441 m); deste segue com azimuth de 47°11'28" e distância de 319.24 m até o vértice '**R-357**' (E=596395.015 m e N=7210219.385 m); deste segue com azimuth de 46°32'04" e distância de 11.61 m até o vértice '**P26**' (E=596403.438 m e N=7210227.368 m); deste segue confrontando com Parque Vila Velha com azimuth de 108°00'15" e distância de 270.44 m até o vértice '**P25**' (E=596660.633 m e N=7210143.780 m); início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 127.27 ha.